



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

ATA N.º 1/2014

----- Aos dezanove dias do mês fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Salão Nobre, pelas vinte horas, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar cumprimento à respetiva Ordem de Trabalhos. -----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

- a) Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2013.
- b) Informações e leitura resumida do Expediente.
- c) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir.
- d) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua.

II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

- Ponto 1 -** Discussão e Votação da Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia para o mandato 2013/2017;
- Ponto 2 -** Discussão e votação da Proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2014;
- Ponto 3 -** Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Contas de Dissolução, das Contas Anuais de Liquidação e a Assunção de Encargos de Liquidação, todas da “DLCG, E.M. – em liquidação”;
- Ponto 4 -** Discussão e votação da Proposta de Regulamento do “Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família”;
- Ponto 5 -** Discussão e votação da Proposta de Alterações ao Regulamento da “Loja Social”;
- Ponto 6 -** Discussão e votação da Proposta de Integração no Domínio Público do Arruamento envolvente ao Bairro Bellino Velho, na cidade de Gouveia;
- Ponto 7 -** Discussão e votação da Proposta de Integração do Município de Gouveia, como membro fundador da “Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal”, bem como a concessão de poderes ao Senhor Presidente como representante legal para o ato;
- Ponto 8 -** Discussão do assunto apresentado pela Bancada Municipal do Partido Socialista: “Empresas Locais”;
- Ponto 9 -** Apresentação do Relatório Anual de Atividades de 2013 e Plano de Ação para 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia;
- Ponto 10 -** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS);
- Ponto 11 -** Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação Financeira a 31/01/2014.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Procedeu-se à chamada dos Membros da Assembleia Municipal, tendo-se verificado as seguintes presenças: Luís António Vicente Gil Barreiros (coligação PPD/PSD-CDS/PP), José Manuel Correia Santos Mota (PS), Laura Maria da Rocha Oliveira Pinto da Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Cezarina da Conceição Santinho Maurício (PS), Álvaro Cabral Prata Belo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ernesto Raúl Ferreira (PS), António José Ferreira Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Carla Sofia Garrido Amaral (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Pedro José Maltez Amaral (PS), Eduardo Manuel Pinto Bernardo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Cristina Dias Oliveira (PS), Ana Paula Alves Morgado Mendes (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Joana Mota da Silva (PS), Arminda Isabel Carvalho do Nascimento Rebelo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU), Rui Manuel de Jesus Gonçalves (PS), José Manuel Mendes de Oliveira (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ângela Maria Abreu Mendes da Silva (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Fernando António Figueiredo Silva (PS), Sérgio Miguel Almeida Dias Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas (PS), Vítor Manuel da Silva Albuquerque (Presidente da União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra), Carlos Miguel Duarte Branco (Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra), António Miguel Antunes Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos), Maria Elisabete Almeida Lopes Guerrinha (Presidente da União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra), Fernando Manuel Carmo Henriques (Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso), Salvador da Cruz Dias, (Presidente da União das Freguesias de Melo e Nabais), Mário Alberto dos Santos Almeida (Presidente da União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó), António José Direito Saraiva (Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira), Vítor Manuel dos Santos Quaresma (Presidente da Junta de Freguesia de Paços da Serra), Alfredo Ramos Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Ribamondego), Gonçalo Luís Chouzal do Nascimento (Presidente da União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos), Glória Cardoso Lourenço (Presidente da Junta de Freguesia de São Paio), Regina Mariano Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), Carlos Manuel Santinho Pacheco (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra) e Marco António Marvão Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem).--
----- Solicitou o membro da Assembleia Carlos Alberto Nabais da Cunha (CD), nos termos do n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a respetiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

substituição, cabendo a mesma a Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU), ao abrigo do art.º 79.º do citado diploma legal.-----

----- Verificou-se, portanto, a falta do Senhor Presidente da União das Freguesias de Gouveia, João José Amaro.-----

I – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

----- Considerando que a Assembleia reunia o número legal suficiente para deliberar, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão.-----

a) **Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2013**

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2013 que, após a introdução de uma correção solicitada pelo Senhor Deputado José Santos Mota (PS), relativamente ao ponto 12 da ordem de trabalhos relativa à ordem de eleição, foi a mesma aprovada, por maioria, com as abstenções dos membros da Assembleia, Arminda Isabel Carvalho do Nascimento Rebelo (coligação PPD/PSD-CDS/PP), Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU) e Regina Mariano Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra), por não terem estado presentes na respetiva reunião. -----

c) **Informações e leitura resumida do Expediente**

----- A 1.ª Secretária da Mesa, Ângela Maria Abreu Mendes da Silva (coligação PPD/PSD-CDS/PP), deu conta da correspondência recebida, desde a efetivação da última reunião da Assembleia Municipal e que a seguir se discrimina: -----

- i) **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro:** - Resposta ao pedido de parecer/esclarecimento apresentado pelo membro da Assembleia José Santos Mota (PS) sobre o agendamento para a ordem de trabalhos, de propostas referentes à fixação de taxas, IMI ou Derrama. Bem como se uma taxa de IMI ou Derrama aprovada na Assembleia Municipal, contrária à proposta apresentada pelo executivo, em que termos vincula o executivo municipal;
- ii) **Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo:**- Envio de Moção de desagrado quanto ao “*Encerramento das Repartições de Finanças no Distrito da Guarda*”, aprovada, por unanimidade, na sessão extraordinária de 15/11/2013;
- iii) **Ana Isabel Martins Cardoso:**- Comunica a sua indisponibilidade para assegurar a substituição da Senhora Deputada Isabel Nascimento (PPD/PSD) na sessão ordinária de 19/12/2013;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- iv) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio de informação elaborada pela Divisão de Infra-estruturas e Ambiente referente ao pedido do Senhor Deputado Pedro Maltez (PS) sobre o Plano de Pormenor referente à Av.^a Dr. Joaquim Borges, em Vila Nova de Tazem;
- v) **Membro da Assembleia Municipal Cezarina Maurício (PS):-** Pedido de informação sobre a composição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Gouveia (comissão restrita e a comissão alargada, com a clarificação das entidades/serviços e dos técnicos/agentes envolvidos); bem como informação sobre a existência ou não de apoio por parte da Câmara Municipal de Gouveia ao "Cantinho da LILI";
- vi) **Associação 25 de Abril:-** Vem dar conhecimento da iniciativa "Vencer o Medo, Reafirmar Abril, Construir o Futuro", manifestando toda a disponibilidade para colaborar nas realizações que pretendam levar a efeito com o fim de comemorar o 25 de Abril e os seus valores;
- vii) **Membro da Assembleia Municipal Cezarina Maurício (PS):-** Pedido de informação no que respeita ao estacionamento de viaturas e mais concretamente em locais privativos de estacionamento, se existe um preçário para Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- viii) **Associação de Beneficência Popular de Gouveia:-** Envio de convite para participar nas atividades que se vão desenvolver no âmbito da Comemoração do Centenário do Notícias de Gouveia;
- ix) **Presidente da Assembleia Municipal de Leiria:-** Vem dar conhecimento do assunto relacionado com um membro da Assembleia Municipal de Leiria e a eventual incompatibilidade de funções decorrente do exercício da atividade de docente do ensino superior politécnico;
- Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Informa que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária do dia 23/01/2014, aprovou as seguintes deliberações:- Anulação do concurso de contratação de empréstimo de médio e longo prazo até 199.680,00 euros e revogação da correspondente deliberação de Câmara de 24/06/2013; Aprovação da "1.^a Reanálise do Plano do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)"; Aprovação da "2.^a Revisão do Regulamento de Sistema de Controlo Interno da Câmara Municipal de Gouveia";
- x) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Envio de informação referente ao pedido da Senhora Deputada Cezarina



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Maurício (PS) sobre o estacionamento de viaturas em locais privativos de estacionamento, se existe um preçário para Instituições Particulares de Solidariedade Social;

- xi) **Associação Nacional de Municípios Portugueses:-** Divulgação do Seminário sobre a Lei 75/2013, de 12 de setembro, que se realizou no dia 13 de fevereiro, em Coimbra;
- xii) **CTT Correios de Portugal:-** Envio de convite para estar presente na cerimónia de apresentação do carimbo filatélico de 1.º dia de “100 Anos do Jornal Notícias de Gouveia”, a realizar na Loja CTT de Gouveia, no dia 12 de fevereiro, pelas 10 horas;
- xiii) **MAIS - Movimento Itinerários Serra da Estrela:-** Vem dar conhecimento da documentação enviada ao Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares, ao Senhor Primeiro Ministro e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, em defesa dos Itinerários da Serra da Estrela – IC 6, IC 7 e IC 37;
- xiv) **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia:-** Solicitam o agendamento de um ponto para a próxima sessão da Assembleia Municipal, intitulado “Apresentação do relatório Anual de Atividades de 2013 da CPCJ de Gouveia e Plano de Ação 2014”;
- xv) **MAIS - Movimento Itinerários Serra da Estrela:-** Vem dar conhecimento da resposta do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares relativo à documentação enviada por este Movimento em defesa dos Itinerários da Serra da Estrela – IC 6, IC 7 e IC 37;
- xvi) **Câmara Municipal de Elvas:-** Envio de Moção “Em Defesa dos Doentes Oncológicos”;
- xvii) **Deputado Municipal José Santos Mota (PS):-** Solicita que lhe seja disponibilizada cópia da escritura da empresa Gaventur – Gouveia, Aventura e Turismo, S.A.”;
- xviii) **Presidente da Câmara Municipal de Gouveia:-** Vem indicar as propostas da Câmara Municipal para a ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 19/02/2014;

d) Inscrição de membros da Assembleia que pretendam intervir

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra referindo que tinha várias perguntas e questões para colocar ao Senhor Presidente da Câmara, mas iria dar tempo ao tempo e deixaria para uma próxima oportunidade. Porém, deixou a sugestão de que analise ou reveja os canais de comunicação entre o Município e as Juntas de Freguesia, porquanto de 14 ofícios que enviou dirigidos à Câmara Municipal, desde a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

sua tomada de posse - e como é de opinião que todos os ofícios devem ter direito a resposta - só a um deles lhe foi respondido 45 dias depois, a informar que o assunto nada tinha a ver com a Câmara, mas com o Planalto Beirão. Dos outros 13 nada lhe foi comunicado.-----

Para terminar, perguntou se foi alterado o projeto inicial da Barragem de Girabolhos, pois a freguesia de Vila Franca da Serra fazia parte desse projeto inicial e de que tenha conhecimento a Junta não foi informada de qualquer alteração. Se não foi alterado, pretendia saber por que razão tem havido reuniões com outros Presidentes de Junta de Freguesia envolvidas no projeto, conforme confirmou o Senhor Presidente na Ata n.º 01/2014 de reunião de Câmara, assim como uma reunião realizada no dia anterior sem que, para tal, a freguesia de Vila Franca da Serra, tenha sido convidada.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Rui Gonçalves (PS) que, em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista, endereçou um voto de felicitações ao Jornal Notícias de Gouveia pelo seu centenário. Trata-se de um jornal de referência não só para a nossa comunidade local mas, particularmente, para a diáspora e para todos aqueles que se encontram emigrados. É sempre com muito alento que recebem notícias de todos nós, do nosso concelho. Aproveitou para realçar a presença do jornalista Paulo Prata que, nos últimos 17 anos, foi quem mais esteve presente nas sessões da Assembleia Municipal. De facto, nestes últimos 17 anos, foi quem acompanhou e quem foi dando conta a todos do que nesta casa se foi passando. Ao Senhor Paulo Prata, pessoalmente e em nome do Partido Socialista, endereçou os seus agradecimentos.-----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia reforçando os votos em nome de toda a Assembleia Municipal.-----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Deputado Rui Gonçalves colocou uma questão que tem a ver com uma situação um pouco extrínseca à Escola Básica de Gouveia. Aquando a visita do então Secretário de Estado da Educação, Dr. Valter Lemos, como é prática comum, em todas as obras, fez-se o lançamento da 1.ª pedra. Atualmente esse registo não se encontra naquele local. Assim, uma vez que esta questão já foi colocada pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e ainda não teve uma resposta concreta, pretendia saber para quando a colocação da placa junto ao edifício da Escola Básica de Gouveia.-----

Uma outra questão que deixou registada que muito os preocupa e que ultimamente muito se tem falado é a questão do amianto. A Escola Secundária de Gouveia é um edifício que foi construído em 1971 e que tem sido conservado, em grande parte, a expensas próprias dos Conselhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

Administrativos, para a boa conservação e bom funcionamento de toda a prática letiva. A Escola Secundária, as oficinas desta Escola e a Escola EB 2,3 de Vila Nova de Tazem, construída em 1994, têm cobertura em amianto. Não pretende aqui falar sobre aquilo que são os malefícios do amianto, sobejamente noticiados e divulgados ultimamente, mas é algo que preocupa a todos. Têm conhecimento de que o atual Diretor já fez diligências junto do Senhor Ministro da Educação e Ciência, Dr. Nuno Crato, que se mostrou compreensivo e recetivo a que houvesse obra nestes edifícios. Contudo, até ao momento, ainda não obtiveram qualquer resposta positiva neste sentido. Aquilo que pretendia saber, e ao mesmo tempo lançar um repto, em relação ao Município de Gouveia, se já foi feita alguma diligência ou o que é que já foi feito para que possa haver uma intervenção e para que todos possam viver, pelo menos, mais sossegados, todos nós e as nossas crianças. É isso que os preocupa. Mas, também, a comunidade escolar se preocupa com as zonas limítrofes e, sabendo que estando a Escola incorporada numa zona urbana, a todos poderá afetar. Não é técnico, mas aquilo que vão ouvindo é de algum desconforto perante este assunto.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Pedro Maltez (PS) começando por felicitar o Jornal Notícias de Gouveia pelo seu aniversário.

Na última sessão questionou o Senhor Presidente da Câmara acerca da VINAL, uma vez que não tinha verificado a sua inscrição no Orçamento. O Senhor Presidente respondeu que sim, mas ainda não sabia em que moldes, pois estavam a contactar os produtores. Assim, gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente ao referido evento.-----

Pretendia também ser informado se existe algum levantamento acerca dos imóveis no concelho que se encontram degradados e a causar perigo de derrocada para a via pública. Coloca esta questão, dado que há dois anos atrás reportou à Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem informação acerca de alguns imóveis em risco de queda e com portas abertas tornando-se num antro de lixo e nada foi feito e passou a citar: Travessa da Padaria, casa n.º 2, 4 e 6; Rua Maestro Manuel Lopes Esteves, casa n.º 3 e 5; Rua São Bartolomeu, casa n.º 5; Rua Dr. José Albano Tenreiro, casa n.º 8. É um perigo para os cidadãos e, em especial, para as crianças que brincam nas referidas ruas. Tem fotografias e está disponível para fazer chegar toda a informação, por escrito se necessário.-----

Passando a um outro assunto, referiu que no segundo semestre do ano passado, e após várias abordagens da sua parte aqui na Assembleia, foi finalmente alcatroada a Rua do Chanzal, em Vila Nova de Tazem. No entanto, pretendia saber quando é que vão ser feitos os acabamentos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

nomeadamente, passeios e escoamento de águas pluviais, pois, neste momento, existe a formação de alguns pequenos lagos.-----

De seguida colocou uma questão que se prendia com o seguinte: se um município tiver um problema de falta de água causada por uma avaria na rede de abastecimento público como é que deve proceder para resolver o problema. Pois se se analisar a fatura da água não é mencionado nenhum contacto para resolver este tipo de situação. Deste modo, sugeriu que fosse colocado na fatura o número de contato do piquete. Por outro lado, propôs, ainda, que o Município aposte na fatura eletrónica para evitar custos, irá assim poupar dinheiro e é também uma forma ecológica.-----

Referiu ainda que aquando da elaboração do projeto de reabilitação do lavadouro do Ribeiro da Ponte do Castelo, em Vila Nova de Tazem, está em crer que o mesmo foi idealizado tendo em vista a criação de um plano de água que permitisse escoar superficialmente o superavit invernal e manter um plano de água no período estival. O outro objetivo terá passado pelo controlo do caudal fluvial e regularização das margens. No entanto, tem-se verificado que a barreira de retenção das águas fluviais, a jusante da linha de água, se encontra a uma cota altimétrica superior às margens do leito, resultando em inundações pontuais em períodos de precipitação mais intensa, o que faz com que suje o espaço e degrade tudo o que lá foi colocado. É pois importante que esta situação seja verificada e corrigida.-----

Congratulou-se com a iniciativa do Município relativamente ao programa “Gouveia pelos Sentidos”, mas reforça que é fundamental abranger todo o concelho for forma a dinamizá-lo e a fomentar a atividade turística. Em Vila Nova de Tazem, como vem referindo de alguns anos a esta parte, o património natural e arqueológico está votado ao abandono, não estando sinalizado sequer. É importante preservar, dinamizar e promover o nosso património e por isso espera que este projeto seja a solução.-----

Terminou questionando acerca da placa que foi colocada e entretanto foi retirada a sinalizar a entrada de Vila Nova de Tazem para quem vem de Paranhos. O que é feito da placa? Vai ser recolocada ou não? Qual a solução? – Questionou.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) procedendo à leitura do seguinte documento:-----

“O recorrente tema Acessibilidades-Serra da Estrela volta à ordem do dia a propósito dos fundos comunitários que o QREN põe à disposição de Portugal no período de 2014-2020 (próximos 7 anos) que totalizam mais de 22 mil milhões de euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

O Governo mandou elaborar, a um grupo de trabalho, um relatório para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado, onde constam 30 Projetos de Investimento Prioritário.-----

As legítimas expectativas das gentes serranas e, de uma forma particular, das autarquias da região ganharam novo alento, e renasceu a esperança de que nas instâncias do poder central houvesse um rebate de consciência e, num ato de elementar justiça, fosse contemplada esta parcela do Interior de Portugal: a Serra da Estrela, onde Gouveia está integrada.-----

O anúncio governamental de que os mais de 5 mil milhões de euros atribuídos a esse programa, serão prioritariamente canalizados em infraestruturas marítimas (18 projetos), ferroviárias (8 projetos), aeroportuárias (2 projetos) e rodoviárias (2 projetos), deixa antever que ficaremos relegados, mais uma vez, para um vil e apagado isolamento.-----

As acessibilidades à Serra da Estrela, o mesmo é dizer, os IC 6, IC 7 e IC 37, nem sequer fazem parte dos 23 projetos, no sector rodoviário, identificados e incluídos pelo referido Grupo de Trabalho na análise de priorização.-----

Tendo em conta que os dois projetos rodoviários selecionados foram o Túnel do Marão e o IP 3 – ligação Coimbra-Viseu, ficamos a saber que os Itinerários Complementares 6, 7 e 37 são excluídos sem contemplações.-----

Estou convencido de que as iniciativas que se vão conhecendo, deputados dos distritos da Guarda, Viseu, Coimbra e Castelo Branco que apresentarão um projeto de resolução na Assembleia da República ou as petições públicas que correm nas redes sociais, ou moções que se aprovem em diversas instâncias ou ainda outras iniciativas do mesmo jaez, serão ignoradas pelos governantes que obedecem a lógicas diferentes das nossas e são incapazes de aplicar uma verdadeira política de coesão social e territorial que reduza as assimetrias e as injustiças de que é vítima a população do Interior.-----

Não quero dizer com isto que não sejam de louvar tais iniciativas! Pelo contrário, devia até gerar-se um movimento na região que unisse todas as entidades e forças vivas para que estas tornassem audível a voz da Serra da Estrela clamando pelo direito ao desenvolvimento económico e social.-----

Bem sei que o Senhor Presidente da Câmara, em declarações à Comunicação Social, desvalorizou a não inclusão dos Itinerários Complementares no relatório do Grupo de Trabalho. Quando V.Ex.^a afirma que esse relatório, e cito, “é um projeto de intenções, um conjunto de considerações de um grupo de trabalho que propôs um conjunto de prioridades” e que “O facto de lá não estarem os itinerários complementares não significa que no documento final não venham a ser contemplados ou, pelo menos, que venha a ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

contemplado um deles”, fim de citação, revela um otimismo que adormece as consciências e sugere resignação.-----

Refere-se, ao IC 7, como explicitou, considerando-o “o principal e mais importante” e como sendo possível que venha a integrar o documento final, ao mesmo tempo que acalenta a esperança de que a posição que defende seja “assumida solidariamente” por todos os concelhos que integram a Comissão Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela!-----

Receio bem, Senhor Presidente, que tais considerações não sejam mais do que um desabafo sem quaisquer consequências práticas. Infelizmente!-----

Creio sinceramente que qualquer dos autarcas presentes está disposto a fazer alguma coisa para que os proclamados desejos “venham a ser contemplados no documento final”. Diga-nos, pois, em que processo ou em que ações nos podemos integrar para que tais desejos se possam concretizar. Estou certo que terá ao seu lado toda a Assembleia e toda a Câmara marchando sem hesitar para conquistar ao Poder Central um benefício vital para a região e, em particular, para o concelho de Gouveia.-----

Sim, sabemos que, em política, há outras formas de alcançar objetivos importantes. Existem atalhos para chegar ao Poder Central! Mas se está nas mãos de V.Ex.^a ou de alguém que lhe seja próximo avancem sem titubeações. Se tiver sucesso, cá estarei para confessar o meu erro de análise e lhe apresentar congratulações sinceras.-----

Com pena minha, acredite, a realidade vai encarregar-se de demonstrar que, como diria uma alta magistrada da nação, tudo se quedou por mais um “inconseguinto”.-----

Na verdade o que ficou dito até agora é apenas o preâmbulo do que, em meu entender, é mais importante e urgente.-----

No que diz respeito a acessibilidades a Gouveia, importa recordar que a luta pela ligação do concelho à rodovia fundamental que nos está próxima, a A 25 no nó de Mangualde, é antiga de décadas e, devemos reconhecê-lo, nunca teve um desfecho favorável. Este justo anseio dos gouveenses atravessou governos do PS e do PSD e também executivos municipais dos dois partidos. O máximo que alcançamos foi no tempo de António Guterres e não passou de um insatisfatório melhoramento que resselou o pavimento e deixou quase todas as curvas no mesmo lugar! As curvas das Contenças e o “mergulho” até ao Mondego antes de se emergir e encontrar Gouveia e depois a Serra da Estrela continuaram a afastar turistas e investidores do concelho.-----

Gouveia só poderá competir com outras portas de entrada na Serra da Estrela quando eliminar de vez este, até agora, inultrapassável constrangimento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Mesmo o IC 7 não resolveria totalmente o problema da afluência de turistas ao nosso concelho.-----

Quem um dia quiser viajar até Gouveia atraído pelo turismo do concelho e de montanha, não vem de Espanha, porque o turismo interno é prevalecente nem de leste ou nordeste porque são fracos emissores de turismo e, portanto, o Itinerário com ligação à A 25 em Celorico da Beira serviria mais como saída e entrada de mercadorias e outros bens de exportação/importação, via Vilar Formoso.-----

O destino turístico Serra da Estrela/Gouveia tem o seu público preferencial entre os residentes no Litoral Centro e Norte e ainda no mercado menos explorado da Comunidade Autónoma da Galiza, tendo presente que o fluxo turístico que vem do Sul se faz pela A23 e entra pela Covilhã. Quem demanda Gouveia/Serra da Estrela, provindo de mercados emissores com essa geografia, chega pelo nó da A25 em Mangualde. O calvário é precisamente o troço entre a nossa cidade e esse ponto estratégico que é, ao mesmo tempo, a nossa ligação ferroviária. Enquanto Gouveia não resolver este busílis, o futuro estará sempre comprometido.-----

Parece-me curial o que acabo de expor pela simples razão de que a construção da Barragem de Girabolhos pode ser a oportunidade de ouro para resolver este estrangulamento.-----

Senhor Presidente:-----

A proatividade deste executivo e, em particular, a de V.Ex.^a está aqui posta à prova.-----

É preciso agir antecipadamente e influenciar positivamente os acontecimentos.-----

É necessário conhecer o traçado da estrada que vai substituir o troço da EN 232 que a Albufeira irá submergir, e atuar decididamente no sentido de otimizar o desenho e o perfil que, a esta hora, poderão estar já definidos, ponto 1.-----

Ponto 2 – é necessário promover os estudos técnicos conducentes à elaboração de uma nova definição de uma alternativa ao troço da estrada ziguezagueante desde a saída da nova ponte, a construir, ou desde o ponto de interseção do gasoduto com a EN 232 até ao alto de Santiago de Cassurrães, contornando a passagem por Contenças com uma variante a esta povoação. Esta é uma leiga opinião que tem o intuito de despertar o interesse de quem tem a responsabilidade de fazer tudo para servir Gouveia.-----

Poderão dizer alguns: isso não está ao nosso alcance, ou não depende de nós!-----

Pois bem, a minha opinião é diversa: acho que isso só depende de nós!-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Ninguém virá oferecer-nos, numa bandeja, a solução para os nossos problemas.-----

Só é vencido quem desiste de lutar.-----

Encontraremos parceiros e aliados, com certeza. O Presidente da Câmara de Mangualde já anunciou estar empenhado em encontrar soluções para se aproximar da Serra da Estrela e, portanto, de Gouveia; os autarcas da região podem mover influências através dos atalhos para o poder central a que antes aludi; e nós, povo do concelho, aqui estaremos firmes, a combater onde for preciso, com os olhos postos no futuro, na juventude, nos nossos filhos e netos; pelo menos naqueles que ainda não foram obrigados a partir e a deixar para trás as suas raízes.-----

Não quero ser injusto consigo, Senhor Presidente, mas o que transparece da política do Município, nas grandes questões que afetam a cidade e o concelho, é a falta de ousadia e entusiasmo para enfrentar o aparente fatalismo que nos condena a uma vida sofrível para alguns e, para cada vez mais, a uma vida sofrida e sem esperança.-----

Acima das opções político-partidárias que, naturalmente, diferenciam os autarcas eleitos por diferentes partidos políticos, encontra-se o destino de Gouveia e a vida dos gouveenses. É por isso que não posso aceitar esta situação de marasmo que se respira, nem posso compreender atitudes de resignação ou de inércia que paralisam e prejudicam o concelho.”-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena do Carmo (CDU) referindo que a sua presença nesta sessão é em substituição do Senhor Deputado Carlos Nabais (CDU) que, por motivos pessoais, não pode estar presente.-----

Traz a esta sessão algumas preocupações que são as preocupações do Portugal de hoje. De um Portugal que pertence ao segundo país mais envelhecido do mundo. E, a CDU, traz as preocupações em relação ao envelhecimento do concelho. Todos os partidos aqui presentes mencionam e na rua fala-se de um concelho envelhecido e quase desertificado. Neste momento, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que leve a cabo um debate que tenha como tema “o envelhecimento do concelho”. Porque uns são velhos, outros muitos velhos mas, se olhar, alguns dos presentes caminhamos a passos largos e a velhice de hoje não é a velhice do amanhã. A resposta do envelhecimento de hoje, não é a resposta do envelhecimento de amanhã. É importante quando se pensa num debate sobre o envelhecimento das nossas populações, o que fazer com elas, o que fazer connosco quando lá chegarmos. Também é importante pensarmos a tempo, pensarmos na envolvimento desse debate de todas as instituições públicas, sem esquecer as forças de segurança pública que têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

uma imensa importância no nosso concelho. Sem esquecer os técnicos que trabalham nas nossas instituições, porque são eles que vivem a realidade do dia-a-dia. Sem esquecermos os monitores, o pessoal auxiliar que muitas vezes sofre na calada da noite com doenças que não são reconhecidas socialmente, nem muitas vezes clinicamente. Um debate extensivo à população em geral para contribuir de uma forma aberta e sem medo nas respostas diversificadas que podemos encontrar, na resposta melhor e mais capaz para o nosso concelho face ao envelhecimento. Disse ainda que a CDU está completamente disponível perante a Câmara para contribuir com tudo o que for necessário, com os meios que dispõe para a realização deste debate.-----

Em segundo lugar, falou do tema relacionado com a agricultura: todos têm conhecimento através da comunicação social da luta dos pequenos e médios agricultores, porquanto a Senhora Ministra Assunção Cristas resolveu criar um imposto, que se calhar nem os grandes agricultores vão suportar, dizem eles, quanto mais a pequena e média agricultura. Esta vai com certeza abandonar as suas terras quando eram muitas vezes o suplemento alimentar das suas famílias e o suplemento das suas baixas reformas, como todos sabemos. Ao abandonar a pequena e média agricultura, ao pagar impostos de 125,00 euros à Segurança Social, independentemente do que se vende, como é que nós vamos resolver o problema de um concelho cuja economia já não existe e que cada vez fecham mais estabelecimentos. A precaridade aumenta no País todos os dias, o FMI ainda hoje dizia que a precaridade é para continuar, que nós todos veremos as nossas reformas a diminuir, que os nossos salários baixam, que os velhos têm 200,00 euros e que agora não se pode cultivar umas batatas para alimentar a família e os pobres velhos que cá vivem. Nem sequer os excessos de produção podem vender, pois têm de pagar os tais tributos. Depois as terras ficam abandonadas, mas é preciso limpá-las, pois, caso contrário, temos incêndios, mas também não sabe se há dinheiro para limpar as terras e depois temos ainda o problema da paisagem. Queremos turismo com terras cheias de cinza? Turismo com terra queimada? Alguma coisa aqui tem que mudar. A única coisa que tem para perguntar é que posturas políticas, que atitudes, se já pensou nelas, poderá tomar face ao poder central para salvaguardar este concelho? – Perguntou. Se nada for feito, pensa a CDU e pensam todos, levará não só à desertificação, como a uma população envelhecida com fome.-----

Em terceiro lugar, abordou um assunto relacionado com os trabalhadores da Câmara Municipal. O acordo coletivo das empresas públicas pode passar por alterar o horário das 40 horas para 35 horas. Entende a CDU que a aplicação das 40 horas é uma medida penalizadora para os trabalhadores que visam a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

desvalorização do trabalho e a retirada dos direitos conquistados – mas também já vamos estando habituados a essa retirada de direitos. Assim, pretendia saber em que ponto se encontra o entendimento desta autarquia com o STAL, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, para viabilizar e que resposta tem para dar aos trabalhadores, ou seja, para quando as 35 horas que 60% das autarquias deste país já pratica.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS) começando por felicitar, na pessoa do jornalista Paulo Prata, ali presente, o Jornal Notícias de Gouveia, pelo seu Centenário. Às vezes esquecesse muito facilmente, mas a imprensa é um dos pilares do sistema democrático, das democracias. E as democracias, ao contrário do que alguns pensam, não são uma certeza. Acha que os últimos acontecimentos, mesmo na Europa, provam efetivamente isso. As democracias precisam de ser alimentadas, trabalhadas e obviamente que a imprensa tem um papel importante nisso. Depois, porque é uma imprensa local e a imprensa local, nomeadamente, num território como o nosso, envelhecido, desertificado, é realmente importante. É através desta imprensa local que nós temos a prova da vivacidade que alguns tentam ainda manter. É a prova daquilo que alguns fazem, daquilo que alguns empreendem e daquilo que alguns pensam. No Interior há também essa capacidade de pensar, de refletir e de escrever.-----

De seguida apresentou aquilo que se pode considerar como uma proposta e uma proposta de fundo, porque tem a ver com as comemorações do 25 de Abril. No próximo dia 25 de Abril, Abril vai festejar 40 anos. Acha que é uma festa e um momento muito importante e que o concelho de Gouveia deve saber festejar, deve saber comemorar de uma forma envolvente, envolvendo a comunidade e o concelho de Gouveia. E por isso sistematizou a proposta do Grupo Municipal do Partido Socialista (Doc.1) que passou a ler:-----

“Proposta: Comemorações do 25 de Abril (40 anos)

É enorme a responsabilidade das Autarquias na salvaguarda da memória histórica e política do 25 de Abril de 1974.-----

O Poder Local é, sem qualquer dúvida, a mais bela construção da nossa Democracia e os autarcas são a justo título, a geração de Abril.-----

Daí a sua responsabilidade na defesa dos ideais da liberdade e da tolerância cívica, dos princípios fundamentais do Estado de Direito que emanam da Constituição da República Portuguesa de 1976.-----

Numa terra e num concelho como Gouveia, de tão antigas tradições democráticas e republicanas, todos estes valores ganham uma outra dimensão e aumentam a nossa responsabilidade, enquanto representantes legítimos de todos os gouveenses. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Sem querer por em causa a forma como tem vindo a ser comemorado o 25 de Abril em Gouveia, ao longo destas quatro décadas, entende o Partido Socialista que os quarenta anos do 25 de Abril merecem ser assinalados de forma abrangente e digna e por vontade expressa da Assembleia Municipal.

Assim, propomos a constituição de uma comissão organizadora das comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e integrando um representante de cada uma das forças políticas com assento neste órgão, devendo também ser convidada a Câmara Municipal a integrar-se através do Senhor Vereador com o Pelouro da Educação.-----

Esta Comissão deverá preparar, a curtíssimo prazo, um programa comemorativo que incluíse:-----

- *A realização de exposições e palestras envolvendo personalidades e autores de reconhecido mérito;*-----
- *A promoção de uma sessão solene comemorativa no dia 25 de Abril e para a qual deverão ser convidados os Capitães de Abril, originários do nosso concelho.*-----

Será também fundamental o envolvimento das escolas e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) de preferência em atividades intergeracionais, uma vez que consideramos fundamental que haja um perfeito conhecimento do antes e do durante para melhor compreender o 25 de Abril.-----

Quanto à animação cultural, e atentos às restrições orçamentais que a todos preocupam, devemos procurar envolver as coletividades de cultura e de recreio do concelho numa cobertura territorial tão alargada quanto possível.

Que o 25 de Abril em Gouveia seja reflexão e seja festa são os nossos propósitos.-----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista.”-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Sérgio Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP) começando por citar o jornal Financial Times, na edição desta semana, “Portugal é o herói surpresa da zona euro”. Este prestigiado jornal referiu que o nosso País está a conseguir dar a volta à crise e em grande parte devido ao setor do turismo e das exportações. Fazendo um parêntesis à sua intervenção, fez um pequeno reparo ao Senhor Deputado Fernando Silva (PS) relativamente aos acessos, dizendo que Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Guarda, Pinhel todos eles têm bons acessos. Fornos de Algodres tem mesmo “à porta” e mesmo assim não conseguem sair daquilo que toda a gente conhece. Por isso, entende que, para além dos acessos, têm que haver outras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

coisas que possam complementar isso, não são apenas os acessos que nos ajudam efetivamente, ajuda, mas é necessário algo mais.-----

O turismo pode ser sem dúvida o motor impulsionador do desenvolvimento do interior do País e, em particular, do nosso concelho. A partir desta boa notícia felicitou a estratégia do Município de Gouveia na aposta em turismo de qualidade. O projeto “Gouveia pelos sentidos”, apresentado no dia 1 de fevereiro, é o novo produto turístico do nosso concelho. Os 235 quilómetros de rotas turísticas, subdivididas em quatro temáticas: sabores/gastronomia; monumentos/cultura; natureza/paisagens; sensações/experiências, oferecem a quem nos visita um leque de opções que, particularmente, não conhece na nossa região. Isto é ser empreendedor. Colocar a riqueza natural e cultural do nosso concelho ao serviço de quem nos procura e é também, sem qualquer dúvida, mais uma resposta ao combate à desertificação do interior do país que não deve deixar indiferente nenhum gouveense, independentemente das suas ideologias políticas.-----

Nesta sua intervenção gostaria ainda de deixar registado alguns reparos a questões relacionadas com a proteção civil. Gouveia é o terceiro maior centro urbano do nosso distrito, com uma multiplicidade de riscos inerentes à mancha florestal, ao turismo versus desportos radicais, ao crescente número de idosos existentes por quilómetro quadrado, à Estrada Nacional 17 com cada vez mais tráfego a fugir às portagens, aliás é bem visível a degradação do piso entre Seia/Gouveia/Celorico da Beira. O socorro à nossa população e a quem nos visita está à mercê da disponibilidade dos nossos bombeiros voluntários em resposta a um toque de sirene cada vez mais obsoleto nas sociedades modernas. Para que os presentes nesta sala possam perceber o que está em causa, passou a dar um exemplo: um acidente ou qualquer outro tipo de ocorrência na EN 17, entre o alerta por toque de sirene, o surgir dos bombeiros, o despacho de meios, a chegada ao local, pode demorar, em alguns casos, entre 20 a 30 minutos. Quem precisa de socorro não pode estar à espera tanto tempo para ser socorrido, e como tal há a necessidade de encontrar uma solução para este problema que passa naturalmente pela criação de uma equipa profissional de intervenção permanente que seja capaz de dar uma resposta rápida em caso de necessidade. É assim que funciona nos concelhos da Guarda, de Seia, de Celorico, do Sabugal, do Soito, Pinhel e Gonçalo. Gonçalo, com 1167 habitantes, tem 5 homens no corpo de Bombeiros para dar resposta a situações que possam surgir. Desconhece totalmente que algum corpo de bombeiros do nosso concelho tenha feito chegar ao Senhor Presidente da Câmara esta necessidade, porém, pelo exemplo que referiu anteriormente, e podia citar outros, é de carácter urgente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

procurar junto da autoridade nacional de proteção civil a possibilidade de integrar no nosso concelho uma equipa profissional com capacidade de fazer face às multiplicidades de ocorrências que possam surgir.-----

Deixou ainda mais duas notas referentes a segurança e proteção: Há bem pouco tempo numa breve passagem pelo Registo Civil de Gouveia constatou a falta de gradeamentos no local. Em conversa com um funcionário, este referiu que não é a primeira pessoa que impede de cair no local. Portanto, julga que o Município tem recursos internos para poder evitar que um dia destes ocorra ali um acidente. Já dentro do Registo Civil deparou-se com um problema ainda mais grave e de alguma forma até caricato: uma obra que custou milhares de euros, que respeitou as leis da construção, não tem um Plano de Emergência e o sistema de detenção de incêndios não se encontra a funcionar. Não querendo entrar em detalhes, porque também sabe que há ali uma quota-parte de responsabilidade dos Governos, está em causa a segurança daquele espaço e pode garantir que o sistema de segurança contra incêndios, naquele local, não se encontra a funcionar. Pediu ao Senhor Presidente que tomasse as diligências que considerar convenientes para que o sistema possa ficar operacional e que o Plano de Emergência seja elaborado com a maior brevidade.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia António Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP) evocando Manuel Jacinto Alves:-----

“Nesta Assembleia evocamos Manuel Jacinto Alves. Um amante da vida, um histórico resistente. Morreu com a dor de deixar a extraordinária família e os amigos, a natureza, a serra, as Aldeias e a cidade de Gouveia. Mas este é o momento de celebrar a vida, o que foi, as suas atitudes e condutas tendo em conta a sua geografia e história, a densidade da sua vida e do ambiente cultural que o rodeou.-----

Assim, Manuel Jacinto Alves foi um Homem consciente das fragilidades humanas, sem vaidades porque estas esfumam-se como o nevoeiro da madrugada ou como gota de orvalho ao sol da manhã. Foi um Homem que soube arranjar tempo para falar, tempo para ouvir e tempo para escrever, recordamos a sua colaboração no Notícias de Gouveia e o Livro que não concluiu. Cultivou sempre a delicadeza e a amizade.-----

Manuel Jacinto Alves não foi um mero testemunho do que se passava à sua volta, mas antes protagonista implicado no desenrolar dos acontecimentos, encarnando os valores da cidade e identificando-se com ela. Pela sobriedade, Manuel Jacinto Alves promoveu a execução de tarefas cívicas de vasto alcance comunitário, lembramos só o seu papel na Sociedade Musical Pedro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

Amaral Botto Machado, a construção de vários monumentos alusivos à natureza, à serra e aos emigrantes, e a preservação de outros.-----

Com grande abnegação, Manuel Jacinto Alves destacou-se no mundo empresarial e aqui destacamos a fundação em 1 de janeiro de 1989 da SASEL – Sociedade de Águas da Serra da Estrela.-----

Manuel Jacinto Alves pensando, e bem, que a política deve ser construída por toda a sociedade, também interviu na vida política sendo candidato eleito à Câmara Municipal pelo Partido Socialista, desempenhando o cargo de Vereador e assumiu, num curto espaço de tempo do mandato, a Presidência.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, a história da cidade de Gouveia não pode ser contada sem uma referência marcante ao papel de Manuel Jacinto Alves, por isso deixo a sugestão da inclusão do seu nome na toponímia da nossa cidade.-----

A Câmara Municipal, presidida por Álvaro Amaro e a Assembleia Municipal, presidida por Rogério Figueiredo, órgãos eleitos pelo Povo, por unanimidade, atribuíram-lhe em vida o maior galardão do concelho, a Medalha de Honra. Foi um gesto de reconhecimento público e de gratidão por tudo o que fez pela comunidade gouveense. Mas a cidade deve-lhe uma palavra, a que hoje nesta Assembleia lhe trazemos, queremos apenas dizer-lhe: Muito obrigado por tudo o que foi muito.”-----

De seguida, o Senhor Deputado António Machado fez a seguinte declaração em relação ao Jornal Notícias de Gouveia:-----

“Completar cem anos é um privilégio daqueles que souberam dialogar com o tempo, daqueles que tiveram êxito nas diferentes etapas do percurso, enfrentando as dificuldades e abrindo as perspetivas para novos rumos. O Notícias de Gouveia tem este privilégio. Celebrar cem anos do Notícias de Gouveia significa que Gouveia tem memória, significa que tem o Notícias de Gouveia como o guardião de uma memória coletiva que faz de Gouveia uma terra rica, porque tem sempre muito a dizer ao mundo.-----

É mais que justo realçar que o Notícias de Gouveia faz parte do património cultural e material do país. É um jornal talvez menos local e regional do que pensamos, porque é conhecido e lido nos países da América, nos países da Europa e mesmo em África e na Austrália, através das comunidades portuguesas.-----

Ao celebrarmos os cem anos do Notícias de Gouveia, temos presente cem anos de páginas gloriosas e também de algum dramatismo da vida de Gouveia e do seu concelho. O Notícias de Gouveia promove as dinâmicas tradicionais, a cultura, o desporto, os valores humanos, as dimensões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

essenciais da solidariedade e da socialização. Numa palavra nunca deixou de falar ao coração do povo.-----

Por tudo isto, Senhor Presidente quero apresentar em meu nome pessoal e da Bancada do PSD felicitações a todos aqueles que durante os cem anos de existência do Notícias de Gouveia com ele têm cooperado, contribuindo com a assinatura, publicidade ou colaboração escrita tornando possível a sua longevidade.-----

Permita-me Senhor Presidente uma referência especial ao seu fundador José de Almeida Mota, ao seu filho Professor Carlos Mota, ao Presidente da ABPG Dr. Luís Carrilho, ao Diretor Dr. Hercílio Ribeiro, ao Chefe de Redação Paulo Prata, ao Paulo Saul e ao Armando Sousa.-----

Aproveito também este momento de celebração festiva para louvar a mudança gráfica, contrariando assim a ideia de que não se muda o que está bem. O Notícias de Gouveia adotou uma atitude de inovação na convicção de que o futuro se conquista com as mudanças que se tem a coragem de introduzir hoje.-----

Parabéns também à Câmara Municipal pela maneira pronta como acarinhou e apoiou a digitalização do Notícias de Gouveia.-----

Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Presidente da Câmara, o Notícias de Gouveia é uma marca identitária de Gouveia, é o principal hino à memória de coletiva de Gouveia, por isso deve integrar a toponímia da nossa cidade.-----

Finalmente não posso deixar de referir que esta Assembleia sai enaltecida com o trabalho do Chefe de Redação do Notícias de Gouveia. Parabéns ao Notícias de Gouveia e votos de muitos e muitos anos.”-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Eduardo Bernardo (coligação PPD/PSD-CDS/PP) questionando o Senhor Presidente da Câmara acerca do ponto de situação do processo da Barragem de Girabolhos, tendo em conta a última visita e reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente e responsáveis da Endesa.

Relativamente à Feira do Queijo, em anos anteriores, a mesma era realizada em grupo, englobava outros Municípios. Pelo que tem conhecimento, este ano, a mesma vai-se realizar de forma individual. Deste modo, perguntou se era uma questão pontual ou era um modelo para continuar.

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Isabel Nascimento (coligação PPD/PSD-CDS/PP) fazendo uma referência à Loja Social. A Loja Social surgiu em 2010, como uma resposta decisiva e importante às carências que se faziam sentir nesse momento. Atualmente surgiu um novo Regulamento que foi limando algumas arestas, melhorando alguns aspetos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

com o qual se congratula muito pela sua existência, pelo seu desenvolvimento e apenas queria destacar a Loja Social e a sua importância como uma resposta imediata e em curto prazo para suprir as necessidades básicas das pessoas mais carenciadas, a médio prazo para contribuir para a melhoria das condições de vida destas mesmas pessoas, mas, também, sobretudo a longo prazo para potenciar a responsabilidade cívica e comunitária das pessoas envolvidas. Para que a Loja Social não possa ser conotada, apontada como a loja onde as pessoas vão apenas “buscar os sacos”, a Loja Social tem que incrementar esta responsabilidade cívica nas pessoas, tem que ajudar a saber gerir e planear de acordo com os recursos que cada família dispõe e, nesse sentido, realizou no decorrer do ano transato um curso de educação parental.-- O referido Regulamento no seu art.º 6.º (Funcionamento) estabelece diversas valências, das quais destaca a criação do “Banco de Voluntariado”. Indo de encontro ao que a Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU) referiu, Gouveia tem de facto uma população muito envelhecida e quando leu voluntariado, pensou que, finalmente, se iria dar resposta àquilo que acha que é uma necessidade premente de existência de voluntariado, em que a própria comunidade se possa envolver, em que cada pessoa possa dar o seu contributo, o seu “know How”, as suas competências e as suas melhores capacidades para ajudar e envolver os outros, nomeadamente, ajudando essa camada mais carenciada que são os idosos.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Laura Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP) começando por dirigir os seus agradecimentos tanto ao Senhor Presidente da Câmara, como ao jornalista Paulo Prata, por naquele dia terem estado presentes na ação desenvolvida em parceria com a Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira e com a CPCJ de Gouveia e que teve lugar na Escola do 1.º CEB de Lagarinhos. É um projeto que está a ser desenvolvido em parceria com todas as Escolas do Pré-escolar e 1.º CEB e pretende sensibilizar as crianças para os seus direitos e os seus deveres. As técnicas da Biblioteca e um elemento da CPCJ têm-se deslocado às escolas e através de uma animação de teatro de fantoches abordam com as crianças, esta problemática dos seus direitos e alertam para o fato de que, provavelmente, nem todas as crianças do mundo gozam dos mesmos direitos que elas têm. Dirigiu também um agradecimento a todos os membros desta Assembleia por se terem associado, na época de Natal, ao desafio que partiu da sua parte e do Senhor Presidente da União de Freguesias de Gouveia, para que a senha de presença revertesse a favor de uma causa social. Sabe que muitos dos presentes atribuem este apoio de forma anónima, mas também é de opinião de que a Assembleia poderá ter este gesto e alavancar outros apoios que possam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

vir a surgir. Informou que a Loja Social recebeu da parte desta Assembleia mais de 300,00 euros, o que considera bastante bom.-----

De seguida interpelou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de esclarecer o que é que se passava com o Jardim de Infância de Nespereira. Tem conhecimento de que o executivo em funções foi interpelado pelo Senhor Presidente da Junta de Nespereira no sentido de saber qual era a possibilidade e a disponibilidade da Autarquia em fazer a deslocação das crianças do local onde neste momento ainda se encontram, para a Escola do 1.º CEB que, entretanto, teria ficado vaga. Alegava ele que era interesse da comunidade e que as crianças ficariam próximas do Centro Sócio Educativo, podendo usufruir das condições que aquele espaço dispõe. Na altura, não foi possível fazer essa alteração visto que implicava obras. Deste modo, pretendia saber se essas obras já foram efetivamente realizadas e se a deslocação das crianças para as novas instalações já foi efetuada. Se ainda não o foi, pretendia saber o que é que está a impedir essa mudança, falta alguma coisa da parte da Autarquia ou se é falta de interesse ou de vontade por parte do Agrupamento de Escolas.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) que em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, procedeu à leitura do seguinte voto de pesar:-----

“VOTO DE PESAR

FALECEU MANUAL JACINTO ALVES

*Como dizia o Jornal Notícias de Gouveia na edição de 10 Janeiro e 2014, “**O concelho ficou mais pobre**”.*-----

*A grandeza deste gouveense, foi já objeto de reconhecimento por parte da Assembleia Municipal de Gouveia, quando em 25 de Junho de 2012 lhe atribuiu por unanimidade o mais alto galardão do Município a “**Medalha de Honra do Concelho de Gouveia**”.*-----

As Gerações mais novas sempre olharam para este Gouveense, com muito carinho, como um Cidadão que ama a sua Terra e a sua Gente como ninguém.-----

Um Cidadão que foi um exemplo de luta, de persistência e de inconformidade, que perante adversidades da vida sempre soube olhar em frente, procurando outros caminhos e nunca desistindo.-----

*Quando hoje se refere o nome de **Manuel Jacinto Alves**, associamo-lo sempre à “**Água Serra da Estrela**”, a menina dos seus olhos, um dos maiores embaixadores de Gouveia e da Serra. Um Homem que sofria ao ver a sua Gouveia definhando. Um cidadão que percebeu desde sempre a importância do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

associativismo, na afirmação cultural e económica de Gouveia, e por isso nunca lhe negou o seu apoio.-----

***Manuel Jacinto Alves** é o exemplo de Cidadão Republicano, um dos maiores empreendedores e humanistas de Gouveia, um filantropo.*-----

*O exemplo de cidadão gouveense levou a que a Câmara Municipal aprovasse por unanimidade na reunião de camara de 12 de fevereiro, a atribuição do “Prémio ao Empreendedorismo, Inovação e Criação de Emprego” e o “Prémio de Mérito na Inovação Jovem “ ambos com o nome **Manuel Jacinto Alves**.*-----

*Por isso a **Manuel Jacinto Alves** queremos dizer-lhe, Bem-Haja por tudo que fez por Nós. Saibamos todos honrar a sua memória.*-----

O Grupo Municipal Socialista”-----

De seguida, propôs que no final do “Período de Antes da Ordem do Dia”, a Assembleia fizesse um minuto de silêncio em memória deste ilustre Gouveense.-----

Em nome da Bancada Municipal do Partido Socialista deixou registado em Ata um Voto de congratulação ao Senhor Dr. Rui Reis:-----

“Voto de congratulação

Dr. Rui Reis, Presidente da prestigiada FUNDAÇÃO D. LAURA DOS SANTOS, é o novo Presidente eleito para o triénio 2014-2016 da União distrital das Instituições Particulares de Solidariedade do Distrito da Guarda.-----

Congratulamo-nos por esta eleição e fazemos Votos de um bom e profícuo trabalho.”-----

Relativamente ao Loteamento das Amarantes – prosseguiu o Senhor Deputado - veio a lume que, de facto, aquele espaço não tem grandes características para ser espaço industrial pois mais parece um loteamento urbano e vai ser ocupado por uma oficina de mecânica. Foi essa a estratégia seguida para criar uma zona industrial para permitir a deslocalização de uma oficina? - Perguntou. Considera que a aposta está errada. Pensava o Senhor Deputado que aquela área seria para desenvolver e implementar novas atividades ligadas concretamente à transformação de produtos da terra. Parece que está enganado. Só quer perguntar: se amanhã chegar mais um empresário com uma oficina vai-lhe dar o lote n.º 3, o n.º 4 ou o n.º 5? - Perguntou.-----

Deve aqui reconhecer uma falha sua, na última Assembleia Municipal, dizia ele que os aumentos das taxas tinham sido de 3%. Enganou-se. Relacionou-o de facto com a inflação. Estava de facto enganado e estava enganado por uma razão muito simples, é que o que levou à taxa dos 3% é o garrote que vamos ter depois da troika, a nível nacional, se ir embora em 2014. Vamos ter a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

troika até 2017 e aquilo que quer perguntar ao Senhor Presidente da Câmara é se ainda acha que valeu a pena, por 750 mil euros, celebrar um contrato de empréstimo e recorda que isto foi aprovado numa das últimas reuniões de Câmara e passa a citar *“aumentar em média 3% das taxas e tarifas”*, ou seja, vamos continuar com os aumentos até 2017 por obrigação da troika local; *“aumentar as taxas de tributação do IRS, manter a derrama aplicável, reaver os acordos de cooperação com as instituições, reavaliar os apoios concedidos às instituições particulares”*. “O Senhor Presidente acha que valeu a pena contrair um empréstimo de 750 mil euros, quando vamos ter um garrote até 2017?” – Perguntou.-----

Para terminar questionou acerca da pista de downhill que, de facto, foi protocolado com o proprietário Senhor Vicente Resende Silva, por um ano e onde se gastou uns milhares de euros na limpeza e preparação daquela pista. O prazo de um ano já terminou, o protocolo dizia que não era renovável. Deste modo, perguntou onde é que pensa fazer a próxima prova ou se há eventualmente uma nova renegociação deste protocolo.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Ana Cristina Oliveira (PS) começando por fazer uma saudação especial à Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo, eleita pela CDU de Gouveia, pois para si é um orgulho ver mulheres com este calibre neste órgão. Seja bem-vinda ao debate democrático.-----

De seguida fez uma referência à intervenção do Senhor Deputado Sérgio Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP) para dizer que está completamente de acordo. Aliás, foi sempre aquilo que a bancada que representa defendeu aqui neste órgão e desde há já alguns anos. É preciso fazer algo mais pelo turismo, não são só as acessibilidades. Concorde em pleno com o Senhor Deputado. Sabemos muito bem que o Município de Fornos de Algodres não tem feito as melhores apostas nos últimos anos, assim como também o Município de Gouveia, pelo que perguntou ao Senhor Presidente se vai continuar com esta estratégia de atração do turismo, se é com este tipo de políticas e este tipo de apostas que vamos continuar a atrair turistas e a divulgar o concelho de Gouveia. Tal como referiu o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) sobre a pista de downhill, de facto até reconhece que foi uma boa aposta. Há quantos anos não andamos atrás de uma pista de downhill, para a qual poderiam ser canalizadas as verbas dos fundos europeus para efetivar essa pista e desta forma orgulhar os gouveenses, orgulhar o nosso concelho, divulgar a prática deste desporto, um concelho que até tem essa característica e essa riqueza. Não. Andamos a apostar naquilo que o antecessor não gostava muito de ouvir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

e que até troçava, que são as chamadas “políticas descartáveis”. Foi nisso que sempre se focalizaram.-----

De seguida abordou um outro assunto que, da última vez, até utilizou a expressão “*a mãe natureza vai-se encarregar de dar várias respostas*”. Assim, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já teve a oportunidade de visitar a pseudo Estrada ou Caminho Natural, aquela “aberração”. Tal como alguns representantes aqui, neste mesmo órgão, defendem de que há uma boa parte que vem de fundos comunitários, a Senhora Deputada responde que nem que lhes pagassem a obra toda, construiriam aquela estrada. Aquilo é uma autêntica “aberração”, só quem não olha com olhos de ver é que não vê que aquilo foi uma péssima aposta e uma péssima estratégia. Em vez de canalizar a mesma verba para uma obra em que se aproveite a riqueza que tem o nosso concelho, temos tanta coisa a qual se pode utilizar desde o Museu dos Pastores, o Museu do Queijo, temos tanta riqueza, quer a nível histórico, quer a nível paisagístico e, no entanto, o concelho continua a apostar em Museu do Ar, do Vento e não se sabe o que é que vai dali sair.-----

Assim, perguntou novamente se o Senhor Presidente já visitou aquela obra, se já teve a oportunidade de ver o que é que a mãe natureza fez àquele projeto e o que pensa fazer no futuro. É certo que o Senhor Presidente a herdou, mas também foi cúmplice neste projeto. Gostaria que o Senhor Presidente um dia apresentasse um estudo sobre o impacto daquela obra. Qual foi o impacto que teve na vida das pessoas que vivem em Gouveia? – Perguntou.-----

Para finalizar pretendia saber o que é que se passou em relação às obras em frente ao edifício dos Paços do Concelho. Não é normal que uma obra acabada de fazer, passados poucos meses, as pedras comecem a levantar. Gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse este órgão, para além de que o Senhor Presidente também tem a noção de que, ao retirar daqui o estacionamento, originou a que o comércio local, mais uma vez, viesse a ficar prejudicado. Temos o exemplo do que aconteceu no mercado municipal. Aqui vai acontecer a mesma coisa. É neste tipo de políticas que não podemos estar mais de acordo com o Senhor Deputado Sérgio Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP), pois que, em vez de canalizar as verbas para investimentos descartáveis, deveria ser canalizado para obras que realmente nos orgulhem, que estejam fixas e que tragam retorno económico e que promovam o emprego no nosso concelho, pois é isso que nós precisamos.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP) começando por agradecer o envio dos documentos atempadamente. Tal como havia alertado na última sessão sobre o tempo limitado para o seu estudo, desta vez foi tudo enviado com tempo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

De seguida apresentou à Mesa uma Moção relacionado com os IC's (Doc.2) que pretendia que fosse discutida e votada nesta Assembleia, se for intenção da mesma. Ela é fruto de alguns entendimentos possíveis com os membros desta Assembleia, pelo que passou a ler:-----

“Moção

Construção do IC 7 – troço IC 6

- *Considerando que o relatório final do Grupo de Trabalho criado com o objetivo de analisar as infra-estruturas de elevado valor acrescentado, não integra os ICs da Serra da Estrela;-----*
- *Considerando que as ligações rodoviárias existentes entre os centros urbanos de influência supra concelhia e/ou concelhia é assegurado pelas Estradas Nacionais, desajustadas, em acentuado estado de degradação e saturadas de tráfego que evita as SCUTS;-----*
- *Considerando os prejuízos e os entraves que a atual situação provoca no desenvolvimento económico/social, numa região já por si desfavorecida em recuo demográfico, fragilidade económica, défice empresarial e isolamento;*
- *Considerando que a inexistência de infra-estruturas e o encerramento de serviços tem levado as populações a uma fuga para o litoral provocando as pressões demográficas e suas consequências;-----*
- *Considerando que a situação atual acentua o problema do subdesenvolvimento mantendo o País a duas velocidades, e aprofunda as assimetrias e desigualdades existentes entre o litoral e o interior;-----*
- *Considerando que tais infra-estruturas servem um vasto território do interior da Região Centro, nomeadamente os Concelhos de Tábua, Arganil, Oliveira do Hospital, Seia, Gouveia, Fornos de Algodres e Celorico da Beira;-----*
- *Considerando a atual situação económica/financeira do País;-----*
- *Considerando que a solução proposta é a que representa maior benefício/custo.-----*

Mas, em simultâneo-----

Considerando que dispomos de elementos motivacionais de atração no domínio da qualidade de vida e todas as potencialidades que temos para ser exploradas, como a agroindústria, a floresta, o património natural, a gastronomia (...) -----

A Assembleia Municipal de Gouveia:-----

- *Propõe a inclusão no Plano de Obras Prioritárias da Construção do Itinerário Complementar 7 (IC7) e o troço restante de ligação ao Itinerário Complementar 6 (IC6)-----*
- E ainda-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

- *Que à concretização de tal infra-estrutura seja dado caráter de urgência, atendendo aos considerandos supra-expostos.*”-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que embora seja uma Moção consensual e dos líderes de bancada e da Mesa da Assembleia, carece da opinião dos restantes Senhores Deputados, pelo que será colocada a votação.-----

Relativamente à proposta de criação de uma Comissão Organizadora das Comemorações do 25 de Abril, iria também colocar à consideração da Assembleia a sua aprovação.-----

----- Interveio o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que, sem querer pôr em causa a data, tem sido sempre a Câmara Municipal a organizar esta efeméride. Depois pode dar-se o caso de haver duas organizações diferentes, para além de se colocar também a questão relativa aos custos. Não sabe se o orçamento da Assembleia tem verba para cobrir essas despesas.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa sugerindo que a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) transformasse a proposta, porque para ser proposta não está dentro do prazo de apresentação. Sugeriu que fosse transformada em Recomendação à Câmara e depois se a Câmara Municipal considerar integrar a Assembleia Municipal, a mesma está disponível com certeza.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) dizendo que, nestes termos, o Senhor Presidente poderá informar esta Assembleia sobre o que pretende fazer.-----

----- Interveio novamente o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que o enumerado de ações propostas tem o parecer favorável daquela bancada. Na eventualidade de se considerar uma proposta e que deve ser este Órgão a organizar as comemorações, também tem o parecer favorável, a questão é saber se têm a capacidade técnica, humana e financeira para o fazerem. Apoiava a iniciativa, mas é preciso esclarecer bem quem é que vai fazer o quê, de que forma vai ser feita e quem é que paga.-----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU) referindo que urge mais do que nunca lembrar Abril. Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que não é isso que está em causa, todos querem lembrar Abril, a Mesa quer, pelo menos. De seguida concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que não entendeu muito bem o alcance da proposta, até porque a mesma já indica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

quem é o Vereador da Câmara que fará parte da Comissão. A Câmara é a Câmara e a Assembleia é a Assembleia e, assim sendo, tem a Câmara o direito de definir quem dos seus fará parte dessa Comissão. É importante situar e focar o assunto. Enquanto Recomendação não tem qualquer problema, a Câmara Municipal certamente que não vai deixar de comemorar os 40 anos do 25 de Abril. A Câmara Municipal apresentará um programa para o efeito. Não está com isso a dizer que a Câmara Municipal não possa solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia os contributos que a Assembleia entender para o efeito efetuar.-----

É a Câmara Municipal que tem desenvolvido os programas de comemoração do 25 de Abril e pensa que assim continuará. Como é óbvio, vamos elaborar o programa, não temos qualquer problema em dar conhecimento do mesmo à Assembleia Municipal. Agora, estamos disponíveis para os contributos e sugestões que a Assembleia e, nomeadamente, o Senhor Presidente da Mesa entender efetuar e, portanto, estamos em espírito de colaboração abertos a sugestões, sendo certo que temos o nosso programa, que a seu tempo apresentaremos, sem prejuízo de podermos acolher opiniões e contributos de terceiros.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que se a Senhora Deputada concordar em converter a proposta em Recomendação à Câmara, a Mesa está disponível para integrar qualquer grupo de trabalho ou participação ativa no 25 de abril com os Senhores Deputados.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS) referindo que é de opinião de que dada a data em si, é de opinião de que deviam estar todos envolvidos e a Assembleia, como órgão deliberativo, deveria ser chamada a participar. A questão do Vereador com o pelouro da Educação é apenas porque pretendem perpetuar a comemoração sobre todas as gerações.-----

----- Interveio o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) referindo que o Partido Socialista apontou essa proposta para dar abrangência a que no dia 25 de Abril estejam todos unidos. Considera que deve seguir em frente esse documento que tem conteúdo preciso e por isso deveria ser respeitado.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que transformar uma proposta destas numa Recomendação é deixar a porta aberta para que a Assembleia possa precisamente, e pensa que a Câmara tem a sensibilidade para isso, realizar estes eventos sem a força de uma votação que considera redutor para um assunto tão importante como este. Ficaria, se concordassem, uma Recomendação à Câmara. Esta terá atenção a isso e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

trabalharão, Assembleia e Câmara, em prol de uma comemoração condigna dos 40 anos de Abril.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que não há por parte da Câmara nenhum obstáculo a essa Comissão para as comemorações do 25 de Abril. Tem sido a Câmara a organizar o 25 de Abril e como tal assim será. Não iria a Câmara deixar de o fazer, embora esteja aberta a todos os contributos nomeadamente da Assembleia Municipal. Se é através de uma Comissão ou de outra forma qualquer ou grupo de trabalho é indiferente.-----

----- Por acordo da proponente, foi transformada a Proposta em Recomendação à Câmara Municipal.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia colocando a Moção **“Construção do IC 7 – Troço IC 6”** à votação, tendo sido a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção por parte da Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU).-----

c) Direito de resposta do Presidente da Câmara ou de quem o substitua

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra, dizendo que não sabia ao todo quantos ofícios enviou à Câmara Municipal. Certamente que se lembra que tiveram reuniões, ou, pelo menos uma reunião, em que abordaram diversos assuntos. Alguns desses ofícios têm a ver precisamente com esses assuntos. Ficou combinado de que a Câmara, parte política e parte técnica, se dirigiram à Junta de Freguesia para verificar um conjunto de situações que lá se deparam. Também foi solicitado a colaboração da Câmara em relação a uma obra que a Junta de Freguesia está a desenvolver, nomeadamente, em relação ao contrato referente a essa obra ao qual a Câmara Municipal é completamente alheia.-----

Mas, relativamente a essas questões, antes do início desta sessão, teve a oportunidade de dizer ao Senhor Presidenta da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra que não houve resposta, porque esse esclarecimento às questões que estão nos ofícios e aos problemas colocados, vão ser primeiro verificados “in loco” com o Senhor Presidente de Junta e, depois, certamente, não deixaremos de lhe dar resposta, logo no local, àquelas que forem possíveis, pois é essa a sua forma de agir. Relativamente à questão do contrato da obra que a Junta de Freguesia está a levar a efeito, a nossa disponibilidade para a reunião foi total e como lhe disse, antes da reunião, estas questões no local ainda não foram verificadas por razões atmosféricas Na próxima segunda feira, já acordaram a possibilidade de fazer essa reunião



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

que pretende que seja feita na Junta de Freguesia. Portanto, segunda feira próxima, se o tempo assim o permitir, faremos a reunião e faremos a verificação no local de todas as anomalias ou situações que não estão corretas, com o Senhor Presidente de Junta e com quem mais este entender que sejam efetuadas.-----

Quanto à questão que colocou do facto da Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra não ter sido convidada para as reuniões que se realizaram sobre a Barragem de Girabolhos, não vai estar aqui a falar em pormenor do projeto. A preocupação foi sempre chamar todos os intervenientes. Não se sinta excluído por qualquer razão. Se houve falha, houve falha e é o primeiro a reconhecê-la. Vai verificar essa situação e se assim acontecer o colocará a par de todos os assuntos que têm sido tratados em relação a esta questão.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Rui Gonçalves também se associou às felicitações ao Jornal Notícias de Gouveia. Como teve a oportunidade de transmitir no dia 12 de fevereiro, dia do aniversário e também no dia 15 de fevereiro, a propósito da nossa participação juntamente com a ABPG na digitalização do Jornal Notícias de Gouveia, foi por nós expressado o orgulho de ter este órgão de comunicação local, regional, nacional e até com ligações internacionais. É este o nosso mensageiro para com todos os gouveenses. É um orgulho para nós que este órgão de comunicação exista e tenha 100 anos. Certamente vai continuar a desenvolver o bom trabalho que tem feito em prol de Gouveia e dos gouveenses.-----

Relativamente à questão da pedra de lançamento da obra da Escola Básica de Gouveia, o Senhor Vereador Armando Almeida em reunião de Câmara, por diversas vezes, já colocou essa questão. Esta pedra está guardada. Se na próxima semana estiver bom tempo e se tiver pessoal, imediatamente será colocada, pois não sabia que era assim tão premente.-----

Sobre a questão do amianto, referiu que também não sabe, em concreto, quais as “démarches” que o Senhor Diretor do Agrupamento já realizou. A Câmara já manifestou ao Diretor do Agrupamento, em reunião de Câmara, a disponibilidade desta em acompanhá-lo nessa preocupação. Estranha porque só agora é levantada, pois o amianto não foi colocado nem há um, nem há dois, nem há três anos, já lá está há alguns anos e o Senhor Diretor do Agrupamento já exerce aquelas funções há algum tempo. Mas estamos disponíveis para, de modo próprio, diligenciar junto do Senhor Ministro da Educação e informá-lo-á sobre o que for feito e o que for tratado relativamente a este assunto.-----

----- Neste momento interveio o Senhor Vereador Armando Almeida o qual pretendia esclarecer esta questão, tendo o Senhor Presidente da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

informando que se for para defesa da honra no fim da reunião poderá exercer o uso da palavra.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que, em resposta ao Senhor Deputado Pedro Maltez (PS), informou que, relativamente à VINAL, a Autarquia pretende encontrar em parceria com os produtores de vinho e a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, o modelo de evento que queremos. Já tivemos duas reuniões e vamos ter outra em março para com eles definir o modelo, o “timing”, tudo o que tem a ver com este evento. A Câmara Municipal quer continuar a promover, uma vez que se trata de um evento de promoção de um produto nosso de muita qualidade e que queremos levar muito mais longe e que felizmente está a ter muito sucesso em termos de exportações.-----

Relativamente ao levantamento dos imóveis em perigo no concelho, efetivamente não pode dizer que haja um cadastro ou um levantamento dos prédios que se encontram em ruína. Os imóveis que referiu também o Senhor Presidente de Junta tem exposto esse problema e, portanto iremos caso a caso, ver efetivamente o perigo em que se encontram, para efetuarmos as nossas diligências. Como certamente saberá, esta questão dos prédios degradados, em relação a muitos deles, torna-se muito difícil encontrar os seus proprietários, basta ver nos jornais de diversos concelhos sobre os diversos anúncios que ali são publicados relativos a prédios cujos proprietários se desconhecem. Sempre que somos alertados a Câmara Municipal toma, de imediato, as providências necessárias para que não se coloquem em perigo bens e pessoas. Certamente há casos, mas nem todos são por nós conhecidos ou referenciados e, por isso, agradece o seu alerta e irá solicitar aos serviços de fiscalização e aos serviços técnicos que verifiquem o seu estado de modo a tomar as medidas necessárias.-----

Quanto à questão da Rua do Chanzal, vai ser um arruamento, não é uma estrada. Foi feito o alcatroamento e vai ter agora o passeio que está contemplado junto ao muro. Mas houve um problema que atrasou a obra que se prende com o escoamento da água. Houve primeiro a necessidade de se tratar com os diversos proprietários a passagem da tubagem. Esse problema foi ultrapassado e foi possível fazê-lo com a colaboração da Senhora Vereadora Teresa Borges. Mas, relativamente ao trabalho, este ainda não se verificou por razões atmosféricas. Esperamos que o tempo seque minimamente para podermos concluir a intervenção, colocando a tubagem que já foi adquirida e depois completar com o passeio e colocação de uma ou duas lombas, solicitadas pelos moradores que referenciaram esse perigo de haver veículos que passavam com grande velocidade e é isso que vai ser feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Quanto à falta de água e como compreende, há de facto um número de contatos do piquete que está divulgado, na agenda da Câmara, no site da Câmara e em outros documentos. Mas, certamente, que pode ser melhor divulgado, se puder ir na fatura, não deixará de ir e será mais fácil para algumas pessoas.-----

Em relação aos lavadouros, tratou-se de uma obra de requalificação que foi feita naquele espaço. Há situações extremas, como aquelas que houve este ano, houve excesso de água, houve vários prejuízos no concelho devido ao excesso de chuva e esta também é uma situação e irá solicitar aos serviços técnicos que verifiquem a possibilidade de ali serem feitos trabalhos que melhorem esse espaço.-----

Quanto ao “Gouveia pelos Sentidos”, é de facto um projeto de um produto turístico que a Câmara Municipal está a desenvolver. Como disse na apresentação e lamenta que muitos ou quase todos os Senhores Deputados e Vereadores não pudessem ter estado presentes, pois é bom que de vez em quando possam assistir à apresentação destes produtos, uma sessão que contou com a presença do Presidente do Turismo do Centro, é um produto que visa construir 20 rotas tendo por mote os diversos sentidos. Contempla no fundo uma parceria com todos os agentes desde a hotelaria, à restauração, aos produtores de vinhos, artesanato, com tudo o que tenha que ver com aquelas rotas. Pode ainda adiantar que nas reuniões que tem havido com os diversos grupos a reação tem sido muito positiva. A adesão está a ser fantástica e a resposta de todos os agentes tem sido de congratulação à Câmara Municipal pela realização deste projeto que no dia 12 de março vai ser apresentado na BTL.-----

Relativamente à placa, confessa que não tem por hábito olhar para as placas quando conhece o território. Mas sobre essa placa em concreto registou a chamada de atenção do Senhor Deputado.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Fernando Silva (PS), sobre a questão das acessibilidades, referiu que, como sabe, houve em tempos os estudos para três IC's: O IC 6 que drenava para a Covilhã, depois discutiu-se os dois possíveis cenários em que podia ser efetuado, a questão de passar por Loriga ou a hipótese dos três túneis; a questão do IC 7 e a questão do IC 37. Provavelmente, nunca como agora, as diferentes Câmaras, todas do PS, com exceção da de Gouveia, estiveram tão de acordo como hoje e o entendimento é este: nenhuma das Câmaras disse que o IC 6 para a Covilhã, o IC 7 ou IC 37 não são prioridades ou não são importantes, por todas as razões que já referiu, por fatores de coesão territorial, social, económica, cultural. E essa preocupação mantém-se. Agora, aquilo que as Câmaras, todas deste eixo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

defendem é que todos têm consciência do tempo em que vivemos e portanto há que estabelecer prioridades em relação ao três IC's que estavam previstos e a prioridade que foi encontrada entre todas é completar o IC 6 até ao nó da Folhadosa e daqui começar o IC 7 que, de acordo com o projeto, irá ligar a Fornos de Algodres e daí para a A25. Este é o cenário que está acertado e acordado com todos. É o cenário que tem também a mobilização dos Deputados e das diversas CIM's. Por isso, quando respondeu ao jornalista que lhe colocou a questão, não minorizou nenhum IC. Não disse que algum deles não era importante. Referiu o ponto de situação de concordância que existe entre todos os Presidentes de Câmara. Espera que, com o peso da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e da Comunidade Intermunicipal de Coimbra, possamos fazer sentir a necessidade de, pelo menos, este IC ser contemplado nos trinta projetos previstos pelo estudo encomendado pelo Governo. O que disse foi que, o facto de lá não estar, naquele estudo, não significava que não pudesse vir a constar no relatório final. Disse e mantém e os esforços que estão a desenvolver é para que possam ser lá incluídos pelo menos este resto do IC 6 e a realização do IC 7. Inclusivamente estamos a fazer um trabalho técnico para apresentar ao Senhor Secretário de Estado, com quem estivemos na quinta feira passada, em Coimbra e houve a necessidade de fazer sentir a carência deste IC 6/IC 7 ser efetuado. Até porque, inclusivamente, o grupo de trabalho que elaborou o estudo sobre as infraestruturas de elevado valor acrescentado trabalhou em relação a alguns pontos do país, tendo por base alguns dados que não correspondem à verdade, nomeadamente, à situação atual. A estrada da Beira, ou EN 17, tem hoje um volume de tráfego, sobretudo camiões, que não é aquele que os técnicos que elaboraram o estudo tinham. Esse trabalho está a ser efetuado pelas Câmaras para constar do documento escrito que vai ser apresentado. É aquilo que está a ser feito e a força de todos os movimentos que já referiu, quer em termos de Presidentes de Câmara individualmente e dos seus concelhos, quer em termos das próprias Comunidades a que eles pertencem. Oliveira do Hospital e Arganil estão connosco neste processo e não pertencem à Comunidade das Beiras e Serra da Estrela. Há aqui uma abrangência muito maior que esperamos ter assim massa crítica para fazer mais força junto do Governo em relação à necessidade deste IC.----- Este é um trabalho que não é fácil porque as verbas para rodovias são muito diminutas. Aliás, quando consta lá, nesse trabalho, como prioridade a Auto-Estrada Coimbra/Viseu, essa via é para ser concessionada. Não é o Estado que a vai construir, vai dar a concessão a privados, ou seja, não é o Estado que vai avançar com dinheiro, é uma estrada em que há entendimento, enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

estrada prioritária, tendo em vista a lógica que norteia aquele estudo que é a questão de potenciar as exportações e criar canais de ligação rápida aos portos e, neste caso, ao porto da Figueira da Foz.-----

Estas são as ações que estão a ser feitas conjuntamente entre todas estas Câmaras e com as diversas CIM. Na próxima terça feira vai realizar-se uma reunião da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela, em que este assunto vai ser abordado de modo a haver uma Moção final desta Comunidade e, portanto, esperamos que, com o envolvimento deste agentes e dos agentes empresariais dos diversos concelhos, possamos alcançar, pelo menos, a construção deste IC.-----

----- À Senhora Deputada Cezarina Maurício (PS) já falou em relação à sugestão que apresentou.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Sérgio Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP) e a sua referência ao projeto “Gouveia pelos Sentidos”, agradeceu a felicitação. É, de facto, um produto que queremos que seja o mais abrangente e que possa trazer potenciais clientes deste produto a Gouveia, disponibilizando uma informação muito mais completa, muito mais detalhada e pormenorizada e, desse modo, espera poder atrair muito mais turistas.-----

Relativamente à questão que colocou, em termos de prevenção e a hipótese de criação de uma equipa permanente dos bombeiros do concelho, esse assunto está a ser tratado e trabalhado entre a Câmara e os Bombeiros Voluntários de Gouveia, sem prejuízo dessa equipa vir a contemplar, porque acha que o deveria fazer, bombeiros das restantes corporações do concelho. Esse assunto está a ser estudado para se ver a melhor forma de ser concretizado.-----

Relativamente às preocupações que manifestou em relação ao edifício do Tribunal, o jornalista Paulo Prata, ali presente, não o deixará mentir porque acompanhou a visita do anterior Secretário de Estado da Justiça que veio verificar o estado das instalações do novo Tribunal de Gouveia. De facto foram referenciadas diversas anomalias e, portanto, foi na altura tomada em boa conta. Aliás, já havia referenciação destas deficiências junto do Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça que é a entidade que gere estes equipamentos. Agora, a Câmara Municipal não vai fazer nada. Já nos disponibilizamos, mas há aqui uma “guerra” entre o dono de obra, que é o Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça, e o autor do projeto já que este não admite a colocação de grades na rampa. Por outro lado, a Câmara Municipal não vai fazer obra em prédio alheio. Já chamamos a atenção, na altura, ao Senhor Secretário de Estado, das diversas anomalias que ali existiam, os próprios funcionários, os conservadores e as Magistradas também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

o fizeram. Esperemos que rapidamente os problemas possam ser ultrapassados e resolvidas estas anomalias que se verificam.-----

----- Ao Senhor Deputado António Machado e à sua manifestação de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Jacinto Alves, afirmou que todos sentiram a perda de um empreendedor, de um gouveense, de um filantropo, de um autarca que foi exemplo para todos nós e que deve continuar a ser exemplo para todos nós. Por isso, entendemos que o seu exemplo e o seu nome devem ser perpetuados, seja com prémios ao empreendedorismo ou outro tipo de eventos que possam manter bem viva a memória e a imagem deste exemplo de gouveense.-----

Também o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) fez esta manifestação de pesar. Aproveitou para esclarecer que foram apresentados pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista dois projetos de Regulamentos relativos a prémios Manuel Jacinto Alves, mas ainda não foram aprovados, pois estão em análise por parte do Executivo.-----

Relativamente ao jornal Notícias de Gouveia também se associaram desde a primeira hora à comemoração do seu centenário.-----

----- Respondendo ao Senhor Deputado Eduardo Bernardo quanto à questão da Barragem de Girabolhos, esteve presente, na passada terça feira, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, Dr. Paulo Lemos, para também verificar outras situações relacionadas com as perdas de água e com as questões de saneamento no concelho que ainda se encontram por ultrapassar e também para uma reunião, que teve lugar na Biblioteca Municipal, com os diversos Presidentes de Câmara diretamente envolvidos e autarcas de Juntas de Freguesia e com a Endesa e o seu responsável máximo, Eng.º Nuno Ribeiro da Silva. O ponto de situação deste assunto é que, de forma muito pragmática, a barragem vai ser construída. A partir de finais de março, princípios de abril vão começar trabalhos de desmatção e de preparação de caminhos para a obra da Barragem. Dentro daquilo que já tinha referenciado na última Assembleia, há aqui um hiato de um ano em que não haverá trabalho propriamente de construção da Barragem. Há um período em que, por questões ambientais, vai ser feito o estudo do ano zero para depois serem comparados os efeitos no período final da obra. Vão, portanto, ser feitos trabalhos de preparação para a obra, que vão iniciar-se já em abril. Para isso foram também, da nossa parte, em relação ao responsável da Endesa e aproveitando a presença do Senhor Secretário de Estado, referenciados diversos agentes no território que têm condições, pessoal e maquinaria para poder contribuir e serem contratados para estes trabalhos. Aquilo que nos foi dito é que a construção da Barragem, em si, vai ser executada por um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

consórcio, mas estes trabalhos ligeiros serão certamente efetuados recorrendo a empresa locais.-----

Informou ainda que a obra terá início certamente no ano de 2015 e a sua conclusão está prevista para novembro de 2018. Nessa altura estará a barragem construída e serão os trabalhos de enchimento que ainda demorarão algum tempo dado tratar-se de um equipamento com uma extensão muito grande. Aproveitou ainda para referenciar a questão da acessibilidade e a ponte que vai substituir a existente. Como já tinha referido anteriormente, a ponte que hoje permite a ligação entre o concelho de Gouveia e o concelho de Mangualde ficará submersa e surgirá uma nova ponte com um vão de 300 metros que, do lado de Mangualde, irá sair muito próximo da casa dos cantoneiros e, do lado de Cativelos, vai sair junto a umas casas em ruína. Isso vai permitir que uma boa parte das curvas mais complicadas fiquem fora do troço e que a ligação a Mangualde seja efetuada em melhores condições quer de segurança, quer de comodidade e com mais rapidez.-----

Em relação à Feira do Queijo, por acordo entre as Câmaras de Gouveia, de Fornos e Seia foi, nos três últimos anos, efetuada em conjunto. Era efetuada uma grande feira do queijo rotativamente, em que, em cada ano, era realizado num dos três Municípios. Este ano não será assim porque estamos em final de Quadro Comunitário o novo ainda não está operacional. Esta era uma feira que congregava muitos agentes, mas também com elevados custos e aquilo que foi entendido pelos três é que este ano cada um iria fazer a sua feira, sem prejuízo de ser preparada a candidatura para que a feira do próximo ano possa voltar ao modelo que estava a ser desenvolvido, pois constata-se que, em todos estes concelhos, está a haver cada vez menos produtores e para podermos ter dimensão e dar a dignidade ao produto que ele merece, entendemos que devia ser feito um evento com dimensão, com peso e não andarmos a competir uns com os outros. Para concentrar esforços e dessa forma promover ainda mais e com ganhos de escala este produto e os seus produtores, foi este o figurino que existiu e que se pretende que regresse. Aliás, ainda ontem, o Senhor Presidente da Câmara de Seia o manifestou ao próprio Senhor Secretário de Estado do Ambiente.-----

----- À intervenção da Senhora Deputada Isabel Nascimento sobre a Loja Social, de facto tem sido um instrumento, um agente de grande valia em termos de intervenção social, são hoje várias centenas de pessoas que ali recorrem e conseguem encontrar solução para necessidades básicas prioritárias. Concorda com a questão da responsabilidade cívica de todos em termos de voluntariado, acha que a Loja Social deve também avançar cada vez mais para esta vertente porque temos todos que trabalhar em parceria e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

dar a um pouco de nós aos outros, nomeadamente àqueles que mais necessitam. Se há pessoas que sabem mudar uma canalização e se há pessoas idosas e carenciadas que necessitam, por que não essas pessoas ajudarem. A Câmara pode disponibilizar esses materiais e aproveitar a disponibilidade dessas pessoas. Queremos pessoas mais solidárias, é esse o objetivo da Loja Social e espera bem que possam pôr este banco de voluntariado a funcionar. Irá beneficiar todos, não só aqueles que mais necessitam, pois certamente aqueles que o exercerem se sentirão mais realizados.-----

----- Sobre a intervenção da Senhora Deputada Laura Costa (coligação PPD/PSD-CDS/PP) de facto foi um prazer poder deslocar-se à Escola do 1.º CEB de Lagarinhos e assistir a essa atividade realizada pelos técnicos da Biblioteca, em parceria com os técnicos da CPCJ. Uma ação de sensibilização direcionada para as crianças sobre os seus direitos. Em boa hora a CPCJ se lembrou desta iniciativa que vai percorrer as escolas do concelho, porque de facto estamos num tempo em que às vezes as coisas são tão efémeras e parece que tudo nasceu sem mais, e é importante que as crianças, e tendo que ver com os seus direitos, possam ter noção e consciência deles, mas também dos seus deveres relativamente a uns e a outros e aos pais e à comunidade em geral.-----

Relativamente ao Jardim de Infância de Nespereira, informou que após ter tomado posse, a Junta de Freguesia solicitou uma reunião na Câmara, à qual vieram três elementos da Junta expressar as suas preocupações para este mandato. Uma das preocupações mais imediatas que referenciaram foi a questão da necessidade da mudança das crianças do Jardim de Infância onde estão hoje para as instalações da antiga Escola do 1.º CEB, porque teriam aí condições muito mais favoráveis, nomeadamente, pela questão do amianto.---

Aquilo que se comprometeu com o Senhor Presidente de Junta foi que, uma vez que o ano letivo tinha começado entretanto, a Câmara iria aproveitar o período de férias do Natal para efetuar os trabalhos necessários para recomeçarem o segundo período nas novas instalações, com condições para isso. A razão por que ainda não se encontram no espaço que já está preparado para as receber, não sabe dizer. Mas o Senhor Presidente de Junta poderá testemunhar que o compromisso que foi estabelecido entre si e a Junta de Freguesia foi cumprido. O espaço está pronto e apto. Por razões que desconhece, ainda não estão lá as crianças. Certamente o Agrupamento saberá ou terá alguma data para fazer a mudança, acrescentou.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado José Santos Mota (PS), associou-se e associam-se todos à manifestação de pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Jacinto Alves.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Em relação ao Loteamento das Amarantes, é óbvio que naquele loteamento todos queremos que sejam instaladas empresas que criem grande riqueza para o concelho, agora, como é óbvio, tem havido procura e já há mais duas ou três propostas bastante interessantes, que não são para oficinas, de empresas que pretendem instalar-se ali. Em algumas delas existe a hipótese de virem de fora do concelho, de jovens que vêm de uma incubadora e que certamente poderão encontrar ali um espaço para tal. Agora, mesmo não sendo a atividade que esteve na génese da criação desta zona industrial, no caso desta oficina que trabalhava em instalações e condições muito deficitárias, entendeu-se que seria aconselhável aceitar esta proposta, com a sugestão de alteração do Lote que o requerente tinha inicialmente manifestado interesse. Portanto, esperamos que rapidamente possam ter essa empresa e outras, assegurando que se está a trabalhar afincadamente para poder lá instalar mais empresas.----

Em relação ao PAEL, todos sabiam os efeitos ou consequências que a adesão da Câmara ao PAEL iria ter. Não vai estar a rebater os efeitos e consequências. A Câmara e a Assembleia Municipal decidiram nesse sentido e, portanto, estão a cumprir aquilo que foi o compromisso e assim faremos enquanto pessoas que honram os compromissos assumidos.-----

Quanto à pista de downhill, de facto foi efetuado o protocolo com o proprietário do terreno, que não era renovável mas pode assegurar que entre a Câmara e o proprietário vai haver muito brevemente uma reunião tendo em vista encontrar uma solução a contento de ambas as partes para que ali continue a ser efetuada a prova, como já vai ser efetuada este ano.-----

----- Respondendo à Senhora Deputada Ana Cristina Oliveira (PS) e em relação ao que fazer com o turismo, disse que, para além do programa “Gouveia pelos Sentidos” estamos a fazer muito mais. Estamos a trabalhar em várias frentes para maximizar o impacto e potenciar Gouveia e os seus agentes - quer na restauração, no alojamento, no artesanato, nos produtores de queijo, nos produtores de vinhos e todos os agentes que estejam no terreno para poderem conseguir o melhor para eles próprios em termos de retorno financeiro.-----

Não sabe qual é a estratégia que a Senhora Deputada defende para o turismo de Gouveia, mas da nossa parte sabemos qual é aquela que queremos. Sabemos que queremos promover e efetuar em Gouveia eventos que tragam milhares de pessoas, como é o caso do Meeting de Orientação que, entre o dia 27 de fevereiro e o dia 4 de março, irá proporcionar uma prova com mais de 1700 atletas inscritos. Se isso não é importante, não sei o que será importante para a Senhora Deputada. É que, juntamente com cada uma destas pessoas, vem certamente mais uma pessoa. Se fizer as contas é o dobro de 1700 e isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

é importante para a hotelaria, para a restauração, para os produtores de vinho e de queijo. É uma prova que vai ser efetuada em diversas freguesias do concelho de Gouveia, em Vila Nova de Tazem, em Arcozelo da Serra e em Gouveia. Isto é ter estratégia e isto faz parte da estratégia que não se esgota num evento, mas no conjunto de eventos que se promovem no exterior. É por isso que vamos lá fora e vamos à BTL, aproveitando para convidar todos os presentes para, dia 12 de março, se deslocarem à BTL e assistirem à apresentação para os agentes do turismo, para os jornalistas do turismo e para os agentes no geral ligados ao setor do turismo, do projeto “Gouveia pelos Sentidos”. Um projeto que, nessa altura, já estará muito mais completo ou quase finalizado na sua totalidade. Também iremos levar empresas que se vão promover e vão anunciar novos investimentos a realizar em Gouveia. Se isto não é importante para a Senhora Deputada, então não sabe o que será importante, mas terá a oportunidade, em outra ocasião, de saber qual é a estratégia que defende para o turismo de Gouveia.-----

Relativamente ao Caminho Natural, sempre foi uma estrada que os Senhores Vereadores e Deputados do PS abominaram, têm as razões que entenderem, mas a maioria também tem outras razões e tem o direito de as ter e que são no sentido contrário, pois defendem precisamente que aquela estrada é importante. Pode dizer também que já diversos agentes económicos foram visitar aquela estrada, pois aquela zona está cada vez mais desertificada e é contra isso que nós estamos a trabalhar mobilizando os arrendatários, os proprietários daqueles casais, motivando os proprietários para efetuarem investimento, nomeadamente na agricultura, voltando à criação da ovelha bordaleira, à produção do queijo da serra genuíno e para isso é necessário ter condições de circulação. Se isto não for importante para a Senhora Deputada, então não sabe o que será importante, mas é a nossa estratégia, a Senhora Deputada terá a sua. Nós ganhámos as eleições e por isso cumpre-nos pôr em prática o nosso programa e as nossas ações.-----

----- Ao Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP) relativamente à Moção dos IC's, nada mais tem a dizer do que manifestar total orgulho de que a Assembleia tenha votado, por unanimidade, esta Moção que certamente reforça a nossa ação.-----

----- À Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU), quanto à sua preocupação pelo envelhecimento do concelho, disse que é também uma preocupação desta Autarquia, por isso é que na ordem de trabalhos se encontra agendado um programa de apoio à natalidade, com o qual humildemente vão tentar ajudar também a contrariar alguma coisa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Relativamente à questão que colocou do imposto que foi aplicado aos pequenos agricultores, independentemente de políticas, deve dizer que a sua opinião pessoal é que está completamente de acordo com a Senhora Deputada, não concorda com a sua aplicação e ainda não percebeu o seu fim. Não é com isso que o Estado ficará mais rico e certamente ficarão mais pobres aqueles que têm que o pagar.-----

Em relação à questão da aplicação das 35 horas, informou que a articulação que tem havido entre a Câmara e os Sindicatos tem sido em perfeita compreensão e articulação mútuas. Aquilo que está acertado com os Sindicatos é que logo que legalmente o possam fazer, sem problemas para nenhuma das partes, será feito. Sendo que não vão aplicar as 35 horas aos trabalhadores sindicalizados, ficando os restantes com as 40 horas, queremos que todos sejam tratados por igual. A Senhora Deputada pode responder-lhe alegando que o Sindicato tem uma estratégia ou há a possibilidade de assinatura de um documento. Contudo, pode dizer-lhe que relativamente a isso, de acordo com a ANMP e a CCDRC que, obviamente, consultaram, esse documento até agora não tem qualquer valor jurídico para proteção de ambas as partes, como tal, até lá, volta a dizer aquilo que sempre disse, não entendem a razão da aplicação das 40 horas, não se ganha rigorosamente nada, apenas se castigam e desmotivam os trabalhadores. Mas, enquanto os assuntos não estiverem juridicamente claros, estamos acertados com os sindicatos como sempre estivemos articulados relativamente a isto.-----

Relativamente às obras em frente ao edifício dos Paços do Concelho, referiu que se trata de um problema técnico, que os próprios técnicos da Câmara não sabem explicar. Não lhe peça a ele para dar explicações mais aprofundadas, pois não é engenheiro. O Senhor Chefe de Divisão, Eng.º António Mendes, já explicou em reunião de Câmara e, certamente, devem ter recebido a ata em que este assunto foi abordado. O Senhor Chefe de Divisão explicou o que se passa, sendo que há ali um problema técnico que não se sabe bem a origem, mas estão a analisar, juntamente com o empreiteiro, qual a melhor forma de o tentar solucionar. Não pode dizer mais, pois também não sabe.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena do Carmo (CDU) referindo que Gouveia é de facto um concelho envelhecido e que merece respostas diversificadas, pelo que a CDU terá todo o gosto em lhe enviar a proposta por escrito.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Maltez (PS) referindo que era importante o Município apostar na fatura eletrónica como uma forma de conter os custos, para além de que existem muitos consumidores a viver no estrangeiro que pagam e não têm conhecimento das faturas, pelo que esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

alteração seria positiva. É preciso portanto saber se será ou não possível avançar com este procedimento.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Câmara dizendo que logo que possível será feito, não têm nada contra, antes pelo contrário.-----

----- Neste momento interveio o Senhor Vereador Armando Almeida solicitando uma vez mais o uso da palavra.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que não tem direito ao uso da palavra. Se for para defender a posição de Vereador é uma coisa, agora se o Senhor Vereador pretender usar da palavra para defender a posição de Diretor do Agrupamento é diferente, pois foi invocado na qualidade de Diretor e não de Vereador. Há um parecer da CCDRC que esclarece isso e no seu entender o Vereador não foi invocado.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara chamando a atenção que, de acordo com o n.º 5 do art.º 41.º do Regimento desta Assembleia *“A palavra é ainda concedida aos vereadores, no final da reunião, para o exercício do direito de defesa da honra ou consideração.”*-----

----- Finalizou o Senhor Presidente da Mesa referindo que, a conceder-lhe a palavra, será sempre no final da reunião, é isso que está estipulado no Regimento. No entanto, continua a ter dúvidas se essa defesa da honra é na qualidade de Vereador ou na qualidade de Diretor do Agrupamento. Agora vai continuar com a sessão e no final discutir-se-á essa questão.-----

II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

Ponto 1 - Discussão e Votação da Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia para o mandato 2013/2017

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à discussão a proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia para o mandato 2013/2017. Este documento resultou de uma reunião entre os líderes de bancada, a qual foi bastante profícua. Um género de reunião que considera que é para continuar ao longo do mandato. Aliás, sempre defendeu que era isso que deveria ser feito no seio desta Assembleia. As alterações ao Regimento são propostas por consenso destes elementos e em resposta às alterações que decorreram da própria Lei 75/2013, de 12 de setembro. De seguida, declarou abertas as inscrições.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) questionando, em relação aos documentos de apoio às sessões, se os mesmos são entregues em suporte de papel ou em suporte digital. Pessoalmente, tem alguma dificuldade por intermitência da internet e em alguns casos necessitará de suporte em papel.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a norma vai ser o envio dos documentos por via digital, sem prejuízo dos Senhores Deputados que queiram receber em suporte de papel, à priori, comunicarem essa intenção aos serviços da Assembleia para que lhes sejam enviados, sendo que aos líderes de bancada lhes será entregue sempre em suporte papel.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Sérgio Cipriano (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo-se apenas a pequenas correções de pormenor ao art.º 11.º e art.º 43.º. Referiu ainda que é positivo da parte da Assembleia aumentar o tempo de intervenção do público, lamentando que não haja intervenientes. Se bem se recorda, apenas uma pessoa interveio na Assembleia no último mandato e acha que nesse aspeto é negativo.-----

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU) referindo que não recebeu o documento do Regimento, pelo que fica um pouco embaraçada com esta situação.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Mesa dizendo que, certamente, o documento foi remetido ao Senhor Deputado Carlos Nabais (CDU) que esteve presente na reunião de preparação do Regimento e com o qual concordou unanimemente. De seguida colocou à votação a “**Proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Gouveia para o mandato 2013/2017**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor e uma (1) abstenção, por parte da Senhora Deputada Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 2 - Discussão e votação da Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2014

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que esta Revisão Orçamental é um procedimento que ocorre, nesta altura do ano, para dar entrada ao saldo de gerência do ano transato. Depois, sendo o orçamento um documento previsional que ao longo do ano vai sendo melhorado e aproveitando o saldo de gerência, há aqui o reforço de algumas rubricas que se entendeu que deveriam ser reforçadas em termos de salvaguarda. Há outras que não estavam criadas e agora estão dotadas orçamentalmente e que tem a ver com equipamentos que estavam entregues à gestão da DLCCG, nomeadamente, os desportivos e culturais. Por outro lado, existem rubricas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

que estavam com “verba a definir” e agora foi possível transferi-las para “verbas definidas”. São estas as razões que motivam esta revisão.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) começando por questionar as razões do reforço de 40.000,00 euros para pessoal. Também não percebe como é que em dezembro se aprova o Plano e Orçamento para 2014 e, agora, em fevereiro, existe um reforço de quase o dobro para comunicações, pretendendo saber que tipo de comunicações é que podem justificar mais 5.000,00 euros, quase o dobro do que estava previsto em dezembro. Ficou satisfeito que a obra do Seminário tenha custado menos dinheiro, é bom pouparmos algum dinheiro. Contudo não entende que em dezembro uma obra de 52.000,00 mil euros estivesse para pagar e agora aparece paga.-----

Em relação a todas as rubricas novas que aparecem, pensa que têm a ver com o cessar de funções da atividade da DLCG que passou para a Câmara.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara informando que em relação ao reforço com o pessoal, o orçamento, como disse anteriormente, é uma previsão, e sendo uma previsão, neste momento, havendo saldo disponível entendeu-se por bem efetuar um reforço, não tem outra justificação concreta. Nas questões de comunicação há um aumento e o princípio é o mesmo.-----

Relativamente à pavimentação, a justificação está no facto da obra ter sido liquidada no final do mês de dezembro, uma vez que havia liquidez.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocando à votação a “**Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Gouveia do ano de 2014**”, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com vinte (20) votos a favor e quinze (15) abstenções, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 3 - Discussão e votação da Proposta de Aprovação das Contas de Dissolução, das Contas Anuais de Liquidação e a Assunção de Encargos de Liquidação, todas da “DLCG, E.M. – em liquidação”

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que é uma proposta de deliberação relativamente a quatro pontos que tem que ver com uma correção,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

um acerto de redação quanto à questão do liquidatário, até por sugestão da CCDRC e depois tem a ver sobretudo em trazer a esta Assembleia a apresentação das contas anuais de liquidação até final do ano, para aprovação pela Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo da única acionista da empresa que é a Câmara Municipal.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) referindo que a Bancada do Partido Socialista considera este documento como a continuação da trapalhada em virtude de, a seu tempo, não termos procedido à própria dissolução da empresa. Em dezembro, o vencimento que estava a ser dado ao liquidatário era um escândalo, eram cerca de 1.400,00 euros, acrescidos de mais 40%. Nessa altura houve alguém que disse que isso advinha da lei, dado tratar-se de um técnico de uma determinada categoria. Cada vez menos percebe de Leis. Agora o liquidatário já não ganha 1.400,00 euros, passou a ganhar mais de 2.000,00 euros, acrescido ainda de um bónus. Considera que este processo continua a ser um escândalo e que, passo a passo, está a ser cada vez maior. Não entendemos que seja necessário e pertinente um liquidatário para proceder ao encerramento desta empresa, é de facto um escândalo. Não estão nada favoráveis relativamente a isto e o nosso voto é contra, contrariamente à votação que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista tiveram em reunião de Câmara. Numa altura em que as pessoas ganham cada vez menos, insurgimo-nos contra o vencimento do liquidatário. Disseram que advinha da Lei e agora a Lei já é outra. Não contem connosco para esta trapalhada.-----

Estamos perante umas contas de uma empresa em que o resultado do exercício líquido negativo é de 218.000,00 euros, regista isso. Se isto se chama uma empresa bem gerida, então não sabe o que são empresas bem geridas.-----

Aproveitou ainda para colocar algumas questões relacionadas com a DLGG, mais concretamente, o ponto de situação dos 32 trabalhadores internalizados no Município; o que vai acontecer a estes trabalhadores um ano depois do processo de internalização? Que informação tem a dar a esta Assembleia acerca da empresa Gouveia Activa? – Perguntou.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS) dizendo que reconhece que as empresas municipais são um desafio para a compreensão, nomeadamente, para a sua compreensão. É franca, há aqui toda uma complexidade e que não se esgota na sua dissolução. São desafios que acha que devemos tentar abraçar no sentido de compreender o que é que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

passa e foi aquilo que tentou fazer de modo que algumas das suas questões têm a ver com essa vontade de tentar perceber este processo que lhe parece complexo.-----

A sua primeira questão tem a ver com quantos colaboradores já foram internalizados e por quanto tempo. Existe um documento que o Senhor Presidente enviou que fala em procedimentos concursais para a constituição de uma relação jurídica de emprego público. Não sabe se percebeu bem. Não sabe se os colaboradores que estavam na empresa foram internalizados na Câmara Municipal por um determinado período. Se foi estabelecido um contrato ou se pelo contrário estão a pensar abrir concursos.-----

A segunda questão tem a ver com o pagamento ao liquidatário. É um termo um bocadinho extremo mas que se percebe. Percebeu que não há uma tabela, são os próprios sócios que estabelecem esse salário. Há aqui uma alteração relativamente àquilo que foi definido em dezembro, pelo que pretendia saber se há alguns argumentos para essa alteração.-----

Se há um liquidatário é porque existem passivos e ativos. Assim, pretendia saber quais são os passivos e quais são os ativos que ainda estão em causa, bem como pretendia ser informada por quanto tempo é que o liquidatário vai estar em funções, porque o prazo é algo que deve ser definido. Percebe em relação a uma empresa privada, agora uma empresa desta natureza em que, inclusivamente, a Câmara já fez uma transferência em dezembro e a outra parte vai ser transferida em março de 2014, há aqui maneio no sentido de se pagar as dívidas que existem, pelo que o trabalho do liquidatário está mais facilitado.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) referindo que este processo, para além de nebuloso, é difícil de perceber e muito mais difícil de aceitar. Neste processo há dois pontos, duas partes distintas, que dizem respeito à parte formal. Parece-lhe que um deles carece de votação secreta e outro não e que consta dos quatro pontos que formam a proposta.-----

O primeiro ponto é dizermos que aquilo que decidimos em 19 de dezembro de 2013, sobre o que deveria ser pago a um técnico, ou trabalhador, ou colaborador da DLCCG que deverá ser aumentado com encargos anuais, para a Câmara Municipal, de 7.200,00 euros. Aquilo que nos propõem é apenas esta proposta a dizer que o liquidatário “(...) venha a auferir pela função que exerce o valor mensal de mil trezentos e setenta e três euros e oitenta e sete cêntimos, acrescido de um abono mensal no valor de quarenta por cento do respetivo vencimento pago doze vezes por ano, para despesas de representação.” Isto daria um encargo anual de 23.064,00 euros.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Entretanto vem agora propor e passou a ler “*passando a constar: Delibere a designação como liquidatário, o atual administrador, Rui Manuel Gomes da Eufrazia e que o mesmo venha a auferir pela função que exerce o valor mensal de dois mil e oitenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos, acrescido de dois abonos anuais no valor global de quatro mil cento e setenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos (...)*”-----

Contas feitas, dá um valor de 30.242,00 euros/anuais, a diferença entre um valor e outro é de 7.200,00 euros.-----

Há com certeza da parte de todos um certo desconforto, pois há dois meses decidiram que os encargos da Câmara eram de 23.000,00 euros, agora vem propor que votemos a favor de 30.000,00 euros, mais 7.200,00 euros. É possível, não tem nada contra a que se pague a quem merece, ou pelo menos a quem a gente julga que merece. Esta proposta seria aceitável e nada tinha a opôr se dissessem que o liquidatário representa uma mais valia para o concelho, para a Câmara, para o Município e que o retorno a obter desta aprovação será significativo para o concelho de Gouveia. Nem esta, nem outra qualquer fundamentação vem no documento. Admite que se pague em vez de 30.000,00 euros, 50.000,00 euros, mas quer saber por que razão é que nós confiamos essa importância a esse colaborador. É pela transcendência de funções? É porque no passado apresentou e desenvolveu funções a favor do Município de Gouveia que justificam este aumento que hoje é trazido a esta Assembleia? – Perguntou. Se a justificação for plausível e convincente certamente que será ponderada. Lamenta é que as propostas sejam feitas sem fundamentação e o que é mais grave em relação ao Senhor Presidente são as suspeições e espera que não seja, pois não tem verdades absolutas, espera que não seja verdade o que está a dizer, mas o que lhes propõem é uma despesa que é entregue a uma determinada pessoa sem qualquer justificação e isso para o comum dos mortais levanta uma suspeição. Porquê fazer isso quando há dois meses não era necessário e a lei não obriga? – Perguntou.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que, em primeiro lugar, é de opinião que não há lugar a votação secreta, porque não se trata de indicar ou escolher quem quer que seja. A pessoa já está nomeada para o efeito, trata-se portanto de fazer uma correção.-----

Relativamente ao vencimento, na empresa municipal, tem que se reconhecer, que houve sempre moderação salarial, mesmo com as administrações. O que se passa é que transpusemos daquilo que era, porque foi um administrador que foi nomeado como liquidatário e entendeu-se na altura, até pelo papel que iria desenvolver, pela responsabilidade que iria ter, e, provavelmente, até pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

mais valia que podia representar para o Município noutros campos, que não deveria haver perda de remuneração relativamente à figura em causa.-----

O que tentámos acertar na altura foi comparar aquilo que o Estatuto do Gestor Público apontava relativamente ao administrador e transpô-lo para o liquidatário. Aquilo que nos foi informado da parte da CCDRC é que não devíamos fazer essa remissão ao estatuto do gestor Público, devíamos-lhe atribuir uma remuneração independentemente daquilo que dizia o estatuto. E, nessa medida, tivemos que fazer o acerto de acordo com aquilo que recebia atualmente. Não há aumento algum, nem vai haver. O que está descrito é que, na anterior redação, junto à proposta têm um documento anexo com a descrição dos encargos todos, para além do vencimento não tínhamos referido o subsídio de alimentação a que ele tem direito. Anteriormente não tínhamos referido o subsídio de natal e o subsídio de férias a que também tem direito. Anteriormente não tínhamos referido os descontos para a Segurança Social que é um encargo da empresa municipal e continua a ser e que tem que se liquidar. Esse aumento que o Senhor Deputado encontrou nessa parcela justifica-se por estes três pontos, subsídio de alimentação, subsídio de natal/férias e os descontos que é obrigatório a empresa, enquanto entidade patronal, fazer também para a Segurança Social.-----

Relativamente à internalização das atividades, os funcionários não foram internalizados, as atividades é que foram internalizadas. Os funcionários foram cedidos pela empresa municipal através de um contrato de cedência de interesse público que é tripartido entre o Município de Gouveia, a Empresa Municipal e o trabalhador. Os três assinaram um contrato individualmente com a cedência dos trabalhadores pelo prazo máximo de um ano. Também explicámos que durante esse ano de vigência deve, ao abrigo do art.º 62 da Lei 50/2012, um dos pontos específicos da Lei, excecionalmente, o Município de Gouveia pode abrir um procedimento concursal de modo a preencher as vagas que entenda como necessárias para continuar a desenvolver essas atividades.-----

Como disse na altura e volta a repetir não sabe se vão ser necessários os 32 trabalhadores, se 41, se 29, é isso que a Câmara Municipal tem que aferir e abrir procedimento concursal para esse efeito. Embora seja um procedimento concursal limitado porque é considerado “interno”, como se designava anteriormente, ao qual terão acesso só pessoas com vínculo. Quando diz isto, é para deixar o alerta que não terão só acesso os funcionários que estão cedidos pela Empresa Municipal ao Município neste momento, haverá outros funcionários que estão nas escolas ou em outros institutos públicos que, eventualmente, podem ter acesso e concorrer a este concurso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Posto isto e como temos a limitação de um ano, acha que fica explicado porque é que tem que haver liquidatário para além do fecho de contas que está previsto não para março, mas, como diz o Código das Sociedades Comerciais, 60 dias após a deliberação de dissolução e esses 60 dias cumprem-se amanhã. Daí a Assembleia ter sido hoje, para cumprir os 60 dias que a Lei das Sociedades Comerciais nos impõe para aprovação de contas de dissolução, aprovada no dia 19 de dezembro. Por outro lado, as de dissolução total até 31 de dezembro, porque foi dado um período de 15 dias à Administração, que então estava em vigor, para poder gerir até final do ano os destinos da Empresa, de modo a fechar as contas em 31 de dezembro.-----

Quando questionam se o liquidatário pode estar em funções durante quanto tempo, pode estar, quanto a si, até ao máximo de um ano, porque passado um ano, das duas uma, ou todos os funcionários são assimilados pelo Município ou têm que receber a respetiva indemnização e seguir o seu percurso de vida. Até que isso aconteça, até que todos os impostos estejam liquidados, não podemos fechar definitivamente, isto é, fazer a escritura de liquidação total. Até lá a empresa continua a funcionar sobre a alçada de um liquidatário, fazendo todos os procedimentos quer a nível de Conservatória, quer a nível de pagamento de impostos, quer na responsabilidade para com os trabalhadores que a empresa continua a ter, esses 32 trabalhadores continuam a ser trabalhadores da Empresa, estão cedidos ao Município e, até que haja um vínculo com outra entidade, eles continuam a pertencer à Empresa. Enquanto esse assunto não estiver fechado, não podemos encerrar a DLCE e até lá temos que ter uma figura que a Lei designa por liquidatário.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS) referindo que o Senhor Vice-Presidente deu uma informação que tem a ver com a abertura de concursos internos e isso levanta-lhe algumas questões, pois a ideia que tem de concurso interno na função pública é para quem tem o estatuto de funcionário público.-----

Aquando da discussão da 1.^a Revisão Orçamental, existia uma rubrica “Indeminização por cessação de funções”, pergunta se tem a ver com alguns dos colaboradores da empresa.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que, relativamente aos trabalhadores e ao concurso interno, chamou concurso interno, mas hoje já não há concurso interno, tem outra designação, mas é especificamente para pessoas que têm vínculo à função pública. A Lei 50/2012 atribui aos funcionários da empresa municipal em dissolução ou depois de dissolvida, no seu art.º 62.º, o mesmo vínculo que um funcionário da função pública.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

Relativamente às indemnizações, houve três funcionários que não aceitaram fazer o acordo de cedência de interesse público, cessaram as suas funções por vontade própria e foram indemnizados, por extinção do posto de trabalho. ----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) referindo que tinha ficado completamente esclarecido, acrescentando que não concorda em nada com a proposta que faz a este órgão. Acabou o Senhor Vice-Presidente de confirmar que houve, de facto, um aumento. Estava previsto na Assembleia de dezembro de 2013, que o liquidatário receberia 1.300,00 euros, mais 40%, foi isto que concordaram e aprovaram. Hoje propõem mais 7.200,00 euros/ano. O Senhor Vice-Presidente encontrou justificação para essa alteração em que ele antes ganhava uma coisa e a opinião da CCDRC é esta. Tem a dizer apenas que não aceita esta proposta e julga que o voto contra, neste caso, é mais veemente e continua à espera que lhe expliquem a transcendência das funções que vão ser executadas para justificar um vencimento que na Câmara não sabe a que categoria equivale, mas será certamente a um técnico superior bem posicionado na carreira. Isso carece de uma justificação de funções. Até pode acontecer, mas têm que lhe explicar, pois não são um “verbo de encher”. Em dezembro votaram de uma maneira, agora votam de outra e vamos ver se ficamos por aqui.-----

Continua a dizer que a transparência e a seriedade deve obrigar os Senhores responsáveis a reanalisar e a reponderar esta questão.-----

Quanto à votação por voto secreto, relembra o Senhor Vice-Presidente que a Lei não se refere apenas à circunstância que referiu, refere-se quando se trate de pessoas, tanto em comportamentos, como em outras questões, desde que seja uma avaliação e considera que neste caso é uma avaliação que se está a fazer, implícita, mas é uma avaliação que se está a fazer. Por conseguinte considera que deveria ser uma votação por voto secreto a ponderar por quem dirige os trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente respondendo que não se está a avaliar nada. Está a validar ou não um salário que se está a atribuir a uma pessoa. Não se estão a avaliar qualidades. É um salário que está em causa, não é a pessoa nem nunca esteve em causa a pessoa, quando muito a pessoa poderia estar em causa quando foi nomeada para o efeito, neste caso, estamos a validar um salário para o cargo de liquidatário que hoje é um, amanhã a pessoa pode pedir a demissão ou outra coisa e passa a ser outro. Ninguém está aqui a pôr em causa qualquer condição ou a avaliar quem quer que seja. Refutou completamente a volta que o Senhor Deputado conseguiu dar com alguma demagogia à mistura, ao dizer que houve aumento, porquanto, explicou onde é que houve os aumentos. Houve os aumentos em três aspetos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

reconhecem aqui, pois não referimos na outra proposta que tinha direito a subsídio de refeição, ao subsídio de natal e férias e tem direito a eles e também não vinha explícito aqui que há um pagamento para a Segurança Social que tem que ser feito de quase 20% todos os meses. O aumento global resulta daí, a maior parte dos Senhores Deputados estão a entender de onde é que resulta esse diferencial, o Senhor Deputado Fernando Silva (PS) quis dar volta ao assunto, mas acho que não conseguiu porque as pessoas perceberam. Queria corrigir também que a situação dos funcionários da Empresa Municipal, nos termos do art.º 62, têm mesmo equivalência a vínculo público, mas só para efeitos concursais, nada mais.-----

----- Usou novamente da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) referindo que não se considera demagogo quando refere que há aumento entre uma proposta aprovada em dezembro de 2013 e a proposta que é trazida hoje. Há aumento de despesa para o erário público e isso não está suficientemente justificado em relação às funções que exerce a pessoa em causa.-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Mesa, referindo que entende que não há necessidade de se realizar o voto secreto, pois não vê que estejam a fazer aqui um juízo que envolvam comportamentos ou qualidades de qualquer pessoa. Não estão em causa duas pessoas ou duas situações, está em causa um nome que foi apresentado na anterior sessão e por isso não vê necessidade de voto secreto.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocando à votação a **“Proposta de Aprovação das Contas de Dissolução, das Contas Anuais de Liquidação e a Assunção de Encargos de Liquidação, todas da “DLCG, E.M. – em liquidação”**”, tendo sido deliberado o seguinte:-----

“Considerando,

- A) Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal em cumprimento do disposto no art.º 61.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, deliberou sobre a dissolução com entrada em liquidação da D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M e conseqüente internalização das atividades no Município de Gouveia apenas com efeitos a dia 1 de Janeiro de 2014;*
- B) Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal deliberou sobre a concessão de poderes aos atuais Administradores da D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M para o fim de qualquer um deles, indistintamente, ou por um mandatário com poderes especiais, praticar os atos necessários à execução da deliberação tomada no âmbito*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

dos pontos III, nos termos do artigo 152.º do Código das Sociedades Sociais, nomeadamente:

- a. Continuar temporariamente a atividade anterior da sociedade;*
- C) Que em 19 de dezembro de 2013 a Assembleia Municipal deliberou a designação como liquidatário da D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M, o atual administrador, Rui Manuel Gomes da Eufrázia, e que o mesmo viesse a auferir pela função que exerce o valor mensal de mil trezentos e setenta e três euros e oitenta sete cêntimos, acrescido de um abono mensal no valor de quarenta por cento do respetivo vencimento pago doze vezes por ano, para despesa de representação;*
- D) Que de acordo com o n.º 9 do art.º15 do C.S.C a remuneração dos liquidatários é fixada por deliberação dos sócios e constitui encargo da liquidação e que a referida remuneração do liquidatário já foi fixada por deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2013;*
- E) Que a D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M – Sociedade em liquidação deixou de ter normal atividade e portanto receita para financiamento dessa mesma atividade com efeitos a partir de 1 de janeiro pelo que não dispõe de meios para fazer face aos encargos da liquidação;*
- F) Que compete à Assembleia Municipal nos termos da alínea n do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro deliberar sobre todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à Câmara Municipal;*
- G) Que de acordo com o artigo 149.º do CSC, antes de se iniciar o processo de liquidação devem ser organizados e aprovados os documentos de prestação de contas da sociedade, reportados à data da dissolução.*
- H) Que subsequentemente o liquidatário se encontra obrigado a prestar contas nos três primeiros meses de cada ano civil (até Março de cada ano), conforme disposto no artigo 155.º, n.º 1 do CSC, devendo essas contas serem acompanhadas de um relatório pormenorizado do estado da Sociedade.*
- I) Que as primeiras contas a apresentar pelo liquidatário irão respeitar ao período entre o primeiro dia do período de liquidação da sociedade e o último dia do respetivo ano civil.*
- J) Que as contas anuais apresentadas pelo liquidatário irão refletir as atividades efetivamente desenvolvidas pelo mesmo durante o ano anterior quer elas sejam de (i) continuação da atividade anterior da sociedade ou de (ii) operações de liquidação previstas no artigo 159.º do CSC.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

K) *Que as referidas contas de dissolução e contas anuais foram objeto da fiscalização pelo Revisor de Contas com parecer favorável sobre as mesmas.*

Deste modo, delibera a Assembleia Municipal de Gouveia, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, catorze (14) votos contra e uma (1) abstenção o seguinte:-----

- 1. Proceder à retificação do número 3 da deliberação de 19 de Dezembro de 2013, sobre a proposta de dissolução da DLCG, EM da Câmara Municipal, datada de 16 de Dezembro, onde constava: "Delibere propor à Assembleia Municipal que delibere a designação como liquidatário, o atual administrador, Rui Manuel Gomes da Eufrázia, e que o mesmo venha a auferir pela função que exerce o valor mensal de mil trezentos e setenta e três euros e oitenta e sete cêntimos, acrescido de um abono mensal no valor de quarenta por cento do respetivo vencimento pago doze vezes por ano, para despesas de representação.", passando a constar: Deliberar a designação como liquidatário, o atual administrador, Rui Manuel Gomes da Eufrázia e que o mesmo venha a auferir pela função que exerce o valor mensal de dois mil e oitenta e sete euros e oitenta e sete cêntimos, acrescido de dois abonos anuais no valor global de quatro mil cento e setenta e cinco euros e setenta e quatro cêntimos, a repartir pelos doze meses do ano e, ainda, ao pagamento do subsídio de refeição no valor de 4,27 euros, por cada dia útil de trabalho.*
- 2. Que o Município de Gouveia, na qualidade de sócio único, assumira os respetivos encargos de liquidação transferindo para a D.L.C.G. - Desporto, Lazer e Cultura de Gouveia, E.M – Sociedade em liquidação o valor mensal justificado pelo mapa apresentado pelo Conselho de Administração.*
- 3. Proceder à aprovação das Contas de Dissolução apresentadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pela Assembleia Geral em conformidade com o disposto no art.º 149 do Código das Sociedades Comerciais.*
- 4. Proceder à aprovação das Contas Anuais de Liquidação apresentadas pelo Liquidatário e aprovadas pela Assembleia Geral, em conformidade com o disposto no art.º 155 do Código das Sociedades Comerciais."*

Ponto 4 - Discussão e votação da Proposta de Regulamento do "Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família"



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que no fundo esta proposta não é mais do que dar concretização ao compromisso que assumiram para com os gouveenses, na altura das eleições, em que afirmaram que iriam propor medidas de incentivo à natalidade e à família em geral. Este é o Regulamento que propomos. Pode haver no País outro tipo de programas, de regulamentos, há certamente, há uns a proporem apenas 100,00 euros, aqui bem perto. Nós entendemos, porque queremos estimular e mostrar que estamos preocupados e queremos incentivar a natalidade, o apoio que queremos dar é no sentido de, para o primeiro nascimento, 1.000,00 euros, para o segundo e subsequentes 1.250,00 euros. Isto é uma medida que, para além de ter como intenção o estímulo à natalidade é também uma medida que visa apoiar o comércio local já que o apoio que é concedido às famílias é um apoio que terá que ser obrigatoriamente consumido no comércio local ou na aquisição de serviços no concelho, com exceções que o próprio regulamento também prevê, que é o caso de consultas médicas que não haja no concelho e que tenham que ser efetuadas fora do concelho. Para além disso, este programa tem um estímulo à adoção e também um apoio na questão das creches. Pensa que, com este programa, estão a dar um primeiro passo de apoio e de incentivo à natalidade no concelho por forma a que possamos de forma concreta estimular, apoiar e desafiar os casais a terem filhos e se poder de alguma forma renovar o concelho.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena do Carmo (CDU) referindo que se apresenta um incentivo à natalidade, um incentivo à adoção, mas antes disto deve haver um incentivo ao desenvolvimento do trabalho em Gouveia. Para se ter filhos, sejam eles adotados, sejam eles biológicos, é necessário que haja rendimentos da parte da família para os poder criar. Custa-lhe aceitar que após 40 anos do 25 de Abril se fale de incentivo à natalidade, à adoção e não se fale naquilo que é prioritário neste momento que é a criação de empregos para que todas as crianças tenham pão, pelo menos, pão à mesa.-----

O Senhor Presidente apresenta um incentivo à natalidade, mas adotar uma criança ou ter uma criança com tudo o que isto representa do ponto de vista da educação, da responsabilidade parental, da função psíquica dos pais, da função orgânica da família, num concelho que está praticamente desertificado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

e com uma quantidade enorme de idosos, como é que estas jovens famílias se integram no mercado de trabalho. Sabemos que é o mercado de trabalho a fonte de inserção do indivíduo e sabemos também, sabe pela sua posição, que é quando os pais estão integrados socialmente que os filhos crescem em harmonia. Não crê como é que se vai resolver o problema. Entende, no entanto, que Portugal tem um sério problema de natalidade, sabe até que é o segundo país do mundo com um envelhecimento maior. Mas não são com políticas de incentivo à natalidade, de incentivos à adoção que se resolvem os problemas. É com incentivo ao trabalho, à dinâmica de um trabalho remunerado, à dinâmica da família que pelos vistos tem que emigrar para resolver os seus problemas.-----

Por outro lado, o Senhor Presidente referiu ainda que este apoio tem que ser consumido no comércio local, isto é um pouco estranho, mas o que mais a preocupa é como é que um casal que não tem trabalho vai ter filhos? Isto é que a preocupa. Mas mais grave, como é que um casal que não tem trabalho vai adotar uma criança? Numa cidade onde a habitação é cara e onde a vida é cara. Viver em Gouveia é caro. Então e depois a saúde? E a educação? Ajudamos na roupinha e depois o futuro da criança? E os pais? Estamos a fazer chocadeiras elétricas daqui a pouco! Temos um problema sério de natalidade, é verdade. Somos um país de velhos. Portugal extingue-se, morrem os velhos, acaba Portugal. Mas a verdade é que não há uma política central de desenvolvimento económico que permita aos jovens casais organizarem a sua família e terem filhos. Este é o cerne do problema.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Laura Costa (coligação PPD/PSD-CSD/PP) que se congratulou pelo facto deste projeto ter sido aprovado na Câmara, por unanimidade. Este é o reconhecimento de que este projeto é diferente. É diferente porque não se limitou a atribuir apenas um subsídio de apoio à natalidade. Congratula-se bastante pelo facto de a adoção aparecer também como uma prioridade. Congratula-se por efetivamente este dinheiro ir diretamente para a criança, pois tem que ser gasto em bens e serviços para a criança que vai nascer. Também permite a realização de consultas da especialidade fora do concelho caso aqui não existam. Mas também tem outras vertentes, tais como o facto de esta verba ter que ser gasta obrigatoriamente no concelho. É um apoio à economia local. Também apoia as IPSS locais, pois ao permitir que haja um financiamento dos 3 aos 36 meses, não só permite que estas crianças possam estar a ser apoiadas por instituições que trabalham e bem no concelho na educação no âmbito das creches, mas também, liberta os pais no caso de necessitarem de trabalhar ou fazer procura de emprego. Endereçou os parabéns à Câmara por este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

programa diferente daqueles que muitas vezes se limitam a atribuir um cheque e em que, muitas vezes, não existe fiscalização se esse valor é gasto ou não com a criança.-----

No decorrer desta Assembleia foi falado nas dificuldades que as famílias, nomeadamente, as famílias jovens têm para ter casa. Contudo, autarquia tem vários programas na área social, o programa “Ser Gouveia”, onde se destaca o apoio ao arrendamento jovem que poderá facilitar e minimizar estes gastos que estas famílias mais jovens poderão sentir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Ana Paula Freitas (PS) não pondo em causa a atribuição de um subsídio à natalidade, que aliás é um acontecimento que já se vem vulgarizando um pouco por todo o país, mas chama novamente a atenção para a filosofia que está inerente a esta atribuição de subsídio. De facto, como referiu a Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo (CDU), há aqui uma questão que é uma questão política e uma questão filosófica que deve estar por trás daquilo que são os direitos sociais das pessoas. Pede desculpa porque estão a falar de situações que certamente são difíceis para muitas pessoas, seja com a atribuição de subsídio, seja pelo recurso às Lojas Sociais para se dar a quem não pode comer, seja pela miserabilidade dos outros que se vai ajudar a ter filhos, não é por aí. E também queria chamar a atenção de que o Senhor Presidente disse que era também um apoio ao envelhecimento. Não sabe o que é que uma coisa tem a ver com a outra. Quando fez a referência àquilo que a Senhora Deputada Maria Açucena do Carmo chamou a atenção para o envelhecimento do concelho e o Senhor Presidente refutou com o programa de natalidade. São problemas bastantes distintos e graves no concelho e lamenta muito que contrapondo aos direitos sociais das pessoas estejamos a usar subsídios, caridadezinha e a implementar uma coisa que já é muito antiga no país e que pensava que tinha sido abolida com o 25 de Abril, mas que está a renascer de uma forma muito intensa que é esta de alimentar esta “caridadezinha”, quando afinal estão em causa direitos básicos do cidadão de poderem viver a sua vida e criar a sua família de uma forma condigna e perfeitamente enquadrada. Aprovaria mais que tivessem sido implementadas outro tipo de medidas com o objetivo desenvolvimental não só a nível nacional, mas também local.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que não têm qualquer orgulho em estar a implementar estas medidas, tomáramos nós que não fossem necessárias. Não estamos aqui nem com miserabilismos, nem a incentivar envelhecimento algum. A Senhora Deputada entendeu completamente errado, o que quis dizer e vai esclarecer, como forma de tentar combater o envelhecimento, esta era uma medida porque incentiva a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

natalidade, incentiva ao surgimento de novos cidadãos em Gouveia e isso certamente que é contrariar o envelhecimento.-----

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Maria Açucena (CDU), esta é uma questão controversa. Certamente que concordará que não é o papel das Câmaras, não devia ser o papel das Câmaras, mas do Estado Central adotar medidas e as Câmaras podiam colaborar no agilizar, no pôr em prática dessas medidas. Tal como ao nível central devia haver uma discriminação positiva para certas regiões do país que não existe. Estamos a adotar medidas e a tentar fazer um esforço. Não estamos a dizer que, com esta medida, resolvemos o problema. Nem em lado algum deste regulamento se diz que vamos acabar com o problema. Estamos a tentar tomar uma medida que possa ir contrariando precisamente a diminuição da natalidade no nosso concelho. Todos nós sabemos e também o disse anteriormente que, como é óbvio, não é dando um apoio que depois se resolve, pois estamos a falar de vidas e uma vida não se esgota num ano, nem se esgota num apoio. Apoiamos no arrendamento, entre outros programas, desde a educação à saúde. Com este apoio estamos a dar mais um passo e isto não é ser miserabilistas é sermos solidários, é assim, pelo menos, que nós entendemos.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena do Carmo (CDU) para referir que não estamos aqui com má fé. Quem dera a todos nós que Gouveia tivesse natalidade, tivesse crianças, movimento e sorriso de quem é pequeno. O problema é outro. Não temos empregos para os jovens. Este é que é o problema e este não é um problema de Gouveia, é um problema do País. É um problema que os Senhores do PS, do PSD, do CSD e da Troika fizeram o favor de conduzir este País. Este País está conduzido à miséria, nós estamos destinados a cada vez ganharmos menos, a cada vez termos mais desemprego, a cada vez ter menos capacidade de empregabilidade dos nossos jovens. E o que está a acontecer aos nossos jovens é emigrar e os nossos filhos levam os filhos deles. E o que acontece com a desertificação do Interior é que de facto temos velhos e os que caminham para velhos. Por isso levantou o problema do envelhecimento no concelho e a forma como tem que ser tratado.-----

Depois, ter filhos neste contexto social de pais desempregados? Crie-se emprego para as famílias, crie-se emprego e condições de vida, deem-se às famílias condições dignas de procriar. Temos problemas sérios no concelho para ficarmos de ânimo leve. Estão em causa os nossos netos e em causa a nossa continuidade. A forma de haver crianças e a forma de haver jovens é criar emprego digno e com direitos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Ana Paula Freitas (PS) dizendo que a bancada municipal do Partido Socialista não era contra a medida, aliás o Partido Socialista, no seu programa eleitoral tinha uma medida idêntica. Aquilo que referiu é que esta não é a melhor forma de se apoiar. É uma forma de resolver e tapar um buraco, não é de facto aquilo que devia ser uma política de apoio à natalidade e à família num concelho que é um dos concelhos mais caros do país, onde ter uma casa sai caríssimo e a vontade é vender para ir embora. Agora, em relação ao documento em si, chamamos a atenção para o anexo III e não percebem muito bem a especificidade dos artigos referidos, nomeadamente, no que respeita à educação. Devia ser uma coisa geral em termos daquilo que deveriam ser as despesas elegíveis para o apoio às compras dentro do concelho.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que após as explicações do Senhor Presidente da Câmara e as intervenções dos Membros da Assembleia, colocou à votação a **Proposta de Regulamento do “Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família”**, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor e uma (1) abstenção, por parte da Senhora Deputada Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU), nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ponto 5 - Discussão e Votação da Proposta de Alterações ao regulamento da Loja Social

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que se trata de pequenas alterações para além de outras precisões, como o local de funcionamento da Loja Social. Outra mais relevante tem a ver com a eliminação do 3.º escalão, o qual estava contemplado, tendo-se chegado à conclusão e o próprio CLAS também assim entendeu, que devia ser excluído uma vez que estavam contempladas famílias com rendimentos apreciáveis, pelo que não deveriam ter possibilidade de usufruir da Loja Social e dessa forma aumenta-se a possibilidade de ajudar pessoas com rendimentos mais baixos e mais necessitados.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Isabel Nascimento (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que no período de antes da ordem do dia abordou este tema, mas já que surgiu não podia deixar de clarificar, pois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

vai de encontro àquilo que anteriormente referiu. Quando se fala em filosofia de ajudar, acha que a filosofia da Loja Social é precisamente o contrário do que referiu a Senhora Deputada Ana Paula Freitas (PS). A Loja Social não se trata de dar a quem não pode comer. Isto não tem nada a ver com a filosofia da Loja Social. Apesar de ser importante existir um local onde se possa dar de comer a quem no imediato não o tem, mas isto é no imediato, e é importante. Agora a filosofia do todo da Loja Social não é esta, é isto, mas também procura a médio prazo melhorar as condições de vida das pessoas e a longo prazo ajudar essas pessoas a saber gerir, a saber viver com os recursos que têm. Nomeadamente, através de cursos de parentalidade em que as pessoas recebem informação e se envolvem e cooperam neste projeto. Não é apenas um sítio onde se vai dar de comer a quem não tem e não se trata de caridadezinha que considera um termo pejorativo.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Cezarina Maurício (PS) que antes de fazer as suas considerações queria aqui confidenciar e tem a ver com esta reunião e com a de dezembro. De facto a ordem de trabalhos é bastante extensa, o tempo já é longo e aquilo que nota é que à medida que o tempo vai passando começamos a ficar um pouco intolerantes às próprias intervenções que os Senhores Deputados podem e desejam fazer. Cada ponto poderá ser mais importante para uns do que para outros, mas todos são relevantes para os gouveenses e para o concelho e, portanto, merecem um aprofundamento e não se queria sentir inibida de pedir a palavra, uma vez que já vai para além do tempo e estão todos cansados e amanhã todos têm que cumprir horários. Assim, sugeri que fosse escolhido um outro dia em que se possa fazer uma divisão dos trabalhos, de forma a poderem estar mais atentos, mais tolerantes uns aos outros, principalmente, quando a noite já vai longa.-----

Considera que a medida da Loja Social, tanto em Gouveia, como em outros Municípios, é um mecanismo de intervenção social que visa exclusivamente responder à emergência social. Por isso é que disse na sua intervenção que há um objetivo imediato que é responder às necessidades básicas e todos sabemos o que são necessidades básicas. Ao ler atentamente o Regulamento, considera que existem mecanismos, como o Banco Alimentar, as angariações a diversos níveis, como ao nível escolar, porque a Loja tem a ver com isso, com o primeiro objetivo, satisfação de necessidades básicas. Agora, na intervenção social e no trabalho social, não podemos ficar só a este nível, as pessoas merecem mais. Agora que a Loja Social possa ser conciliada com outros mecanismos, com certeza e esses devem ser ponderados. Relativamente à Loja Social e ao projeto, percebe que no Regulamento há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

alterações, não sabendo quais são as alterações de fundo relativamente ao anterior projeto.-----

Falou-se no voluntariado que está representado neste Regulamento. O voluntariado é uma figura importante, pensa que também temos que ter algum cuidado, estamos num meio pequeno, de grande proximidade entre as pessoas e pensa que o voluntariado tem determinadas tarefas, importantes, e pensa que o contacto com as famílias que recorrem ou com as pessoas que recorrem, tem que ser muito bem ponderado, as famílias têm direito à sua privacidade, não podem ser rotuladas, não podem ser etiquetadas por ninguém. É um cuidado que tem que ser acautelado.-----

Outra questão tem a ver com a tal ponte com os outros mecanismos, a Senhora Deputada falou em ensinar às pessoas a saberem viver com os recursos que têm. Uma coisa é a gestão, devemos trabalhar com as pessoas no sentido de elas ambicionarem mais e viver de acordo com as suas escolhas. As pessoas têm diferentes escolhas, têm diferentes projetos de vida e também não são estes mecanismos sociais e nem quem está nesta área que tem que indicar o caminho da dita normalidade, as pessoas também têm direito às suas escolhas.-----

Portanto, ficaria nesta questão, quais são as grandes alterações de base deste Regulamento? – Perguntou.-----

Menciona-se que é a Loja Social é um projeto, mas não sabe se é um projeto porque a Loja tem um determinado tempo de vida, porque, no fundo, já não é um projeto porque a Loja já está no terreno há muito tempo e tem assistido inclusivamente a avaliações e relatórios de desempenho ou de atividade.-----

Depois, há ainda uma outra questão também, que é o enunciar de alguns artigos e aquilo que está em termos de conteúdo, nomeadamente o n.º 2 relativamente à estruturação das famílias, mas aqui entrava-se num terreno que não será tanto aqui discutido, mas mais ao nível do CLAS, porque depois isto também vai para o conselho local alargado.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) referindo que se sente sempre de alguma forma incomodado quando se trata destes assuntos. Primeiro, porque são de facto favoráveis a que haja uma almofada social para quem de facto necessite dela. Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista votaram sempre favoravelmente à existência desta Loja. Está na moda cada Câmara ter uma Loja Social, mas no fundo não deviam ter Loja Social, devíamos apoiar as instituições que estão no terreno, que têm um histórico, que conhecem as pessoas há dezenas de anos. Refere-se obviamente à Cáritas, à Fundação D. Laura dos Santos, à ABPG, à Santa Casa da Misericórdia e tantas outras instituições. Essas sim vivem lado a lado com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

peessoas, conhecem-nas e por isso é que pensa que há necessidade cada vez maior, já que a Loja Social da Câmara é uma realidade, de articular muito profundamente toda a ação social com todas as outras entidades no terreno. Considera que este tipo de apoios deveriam ser dados por outras instituições que não a Câmara Municipal, pois tratam-se de instituições que há muito estão no terreno. Continuam a privilegiar a distribuição de alimentos e outros produtos, sem pedir nada em troca. Isto tem que fazer pensar as pessoas, este apoio é importante, tem o local certo e o seu tempo, mas não chega, é mais fácil dar o pacote do leite ou outros bens, continua a ser mais fácil dar o peixe, do que ensinar o cidadão a pescar. É um ditado velho que nos deve fazer pensar.-----

Estas medidas meritórias e justas em apoiar cidadãos, muitas vezes em situação difícil, tendem a eternizar-se se não tiverem associado um processo de integração social no mercado de trabalho e quando isto não é feito conduzem à desvalorização do trabalho. E quando uma Câmara não integra um pacote social com a necessidade de lhe dar trabalho, emprego, pedir alguma coisa em troca, então estamos a entrar por um caminho muito perigoso. Podia aqui dar exemplos - mas não vai dar - de pessoas que recusam trabalho porque sabem que têm estes apoios sociais. Isto não pode acontecer. Associado a isto a Câmara e todos os gouveenses têm que perceber que isto não chega. Podemos ajudar as pessoas hoje, amanhã e depois, mas pode eternizar-se esta ajuda e há uma desvalorização do trabalho e com a desvalorização do trabalho não sairemos dela, é rotativo, é um ciclo vicioso. E ainda mais grave, hoje são os pais que estão a ser apoiados, amanhã, são os filhos e isso é ainda mais grave.-----

Lançou um desafio que, no anterior mandato, chegou a falar dele em reunião de Câmara, é que ligado a isto, é necessário existir um outro pacote de intervenção social. É louvável a atitude da Cáritas há um ano atrás, e isto deve-nos fazer pensar, quando eles disponibilizaram pequenos lotes para a agricultura familiar e as pessoas que mais são apoiadas, foram aquelas que não aderiram a este pacote e isto deve fazer pensar. Fica esta reflexão. Somos favoráveis a isto, mas não chega.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que após as explicações do Senhor Presidente da Câmara e as intervenções dos Membros da Assembleia, colocou à votação a **Proposta de Alterações ao Regulamento da “Loja Social”**, tendo sido o documento aprovado, por maioria, com trinta e cinco (35) votos a favor e uma (1) abstenção, por parte da Senhora Deputada Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU), nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Maria Açucena do Carmo (CDU) fazendo a seguinte declaração de voto:-----

“Não há nada mais complexo e de mais complicado no ser humano e na família do que a família compósita, não muda nada e aquilo que o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) referiu é um facto, quando as famílias se instalam não há nada a fazer e Gouveia já tem isto há muito tempo e se vamos continuar com as estas famílias compósitas, então, candidatamo-nos a uma extrema direita.”-----

----- Interveio o Senhor Presidente da Mesa referindo que estavam todos de acordo e o que a Senhora Deputada fez foi um estratagema, pois não era propriamente uma declaração de voto. Acrescentou ainda que dentro da democracia e da permissividade da democracia que adotou, permitiu que os Senhores Deputados falassem, mas o que estava em causa era a alteração do Regulamento da Loja Social e não se debateu essa alteração, debateu-se a filosofia da Loja Social.-----

Ponto 6. Discussão e votação da Proposta de Integração no Domínio Público do Arruamento envolvente ao Bairro Bellino Velho, na cidade de Gouveia

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa concedendo a palavra ao Senhor Presidente para apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente referindo que de facto o que se trata é de regularizar uma situação de um arruamento que foi construído e ocupou parcelas que pertenciam às diferentes moradias deste bairro e visa pois repor uma situação de justiça, já que os proprietários destas habitações possuíam quintais, áreas que faziam parte dos respetivos prédios que já há algum tempo foram ocupados com arruamento público e estavam ainda a pagar IMI dessas áreas. Trata-se, portanto, de regularização da situação, de transpor para o domínio público aquilo que é do domínio público, por forma a que as pessoas possam regularizar as áreas junto da Repartição de Finanças, para que o valor que pagavam de IMI venha a ser retificado.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições aos Senhores Deputados que pretendam intervir.-----

----- Não se verificando nenhuma intervenção por parte dos Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **Proposta de Integração no Domínio Público do Arruamento envolvente ao Bairro Bellino Velho, na cidade de Gouveia**, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da presente intenção de integração.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Ponto 7. Discussão e votação da Proposta de Integração do Município de Gouveia, como membro fundador da “Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal”, bem como a concessão de poderes ao Senhor Presidente como representante legal para o ato

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa concedendo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o Município de Gouveia já faz parte da Associação dos Municípios Portugueses do Vinho e no âmbito desta associação surgiu a ideia resultante da necessidade sentida pelos associados de criar uma Associação especificamente de Rotas de Vinhos de Portugal e, nesse sentido, os sócios que são membros da Associação Portuguesa do Vinho aderindo a esta Associação, que no fundo visa promover ainda mais e agora com base em rotas os produtos ligados ao vinho. Aquilo que se pretende é aderir a esta associação que neste momento não tem custos, não tem encargos para a Câmara. Sendo Gouveia um concelho produtor de muito bons vinhos, de facto, pretendesse ganhar muito mais escala e ter aqui um mecanismo de promoção dos nossos produtos.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições aos Senhores Deputados que pretendam intervir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia Fernando Silva (PS) confessando que não conhece muito bem o projeto “Gouveia pelos Sentidos” e a sua relação com a definição de rotas que supõe que estão em desenvolvimento e que serão em breve conhecidas. Disse que este ponto suscita-lhe a lembrança de que em Gouveia existem adegas de produtores e adegas cooperativas que são um bom ponto de partida para a elaboração de uma Rota do Vinho. A Rota do Vinho da Comissão de Vitivinicultura do Dão existe e julga que existem algumas adegas do concelho de Gouveia que já aderiram a essa rota, mas poderia desenvolver-se também, embora possa já estar contemplado naquele projeto, que ainda não conhece em profundidade. Mas gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se existe a possibilidade de existir adegas com pontos de rota, pois tem conhecimento de algumas: a Casa da Passarela tem Museu, tem casa de acolhimento, tem visitas a vinhas, tem todas as condições para ser um ponto de rota interessante e com qualidade de excelência; a Ponte Pedrinha, em Rio Torto, igualmente; a Quinta da Nespereira, também. Há duas adegas cooperativas que talvez não tenham as melhores condições para se constituírem ponto de rota, mas podem ser transformadas num bom ponto de rota. O que quer dizer que existe já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

substância para em Gouveia se levar a sério esse produto, promovê-lo e em conjunto com esta Associação fazer deste produto uma aposta séria para integrar a estratégia que será definida no concelho de Gouveia.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que no produto “Gouveia pelos Sentidos” uma das vertentes é precisamente potenciar os produtores de vinho do Dão do nosso concelho. Estas rotas, necessariamente, passarão por todas e, como teve a oportunidade de dizer anteriormente, já se realizaram reuniões com os diversos agentes, entre os quais os produtores de vinho para aquilatar da disponibilidade deles fazerem parte destas rotas. Estas rotas visam conduzir as pessoas a esses produtores de vinho que se disponibilizam para fazer visitas, provas, para explicar o que têm e as qualidades dos produtos. O “Gouveia pelos Sentidos” é isto tudo. Felizmente os agentes têm estado a aderir e eles próprios a estimular este produto turístico. É isto que estamos a fazer em articulação e em parceria com os produtores.-----

----- Não se verificando mais nenhuma intervenção por parte dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a **Proposta de Integração do Município de Gouveia, como membro fundador da “Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal”**, nos termos dos respetivos Estatutos submetidos a este Órgão, tendo sido a referida proposta aprovada, por maioria, com trinta e quatro (34) votos a favor e uma (1) abstenção por parte da Senhora Deputada Maria Açucena Mendes do Carmo (CDU).-----

Mais se deliberou dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara para representar o Município de Gouveia neste ato.-----

Ponto 8. Discussão do assunto apresentado pela Bancada Municipal do Partido Socialista: “Empresas Locais”

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa concedendo a palavra ao membro da Assembleia José Santos Mota (PS), na qualidade de proponente, a fim de apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-----

----- Interveio o membro da Assembleia Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP) referindo que é de opinião de que não estavam em condições de discutir este ponto, por falta de informação, pois a não existência de qualquer tipo de documentação impossibilita discutir ou deliberar sobre este assunto. O Regimento deste órgão no seu artigo 33.º no n.º 4 refere que *“Juntamente com a ordem do dia serão enviados todos os documentos que habilitem os membros da Assembleia a participar na discussão das matérias dela constantes.”* Tem muita dificuldade em participar na discussão de uma matéria que não domina, porque não sabe em concreto a que é que se refere



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

com “empresas locais”. Deveria por isso o ponto vir acompanhado de um qualquer tipo de suporte que lhes permitisse saber o que vão debater. Compreende a inclusão do pedido na ordem de trabalhos, objetivamente, aguardou até ao dia de hoje que lhe fosse remetida alguma informação, ou na expectativa de que pelo menos durante o decorrer da sessão fosse entregue algum documento (o que também já seria uma situação irregular). Acontece que estamos a debater a questão das empresa locais mas, vamos falar do setor primário, terciário ou segundo, não sabe de forma alguma a que se refere, pois não tem qualquer tipo de documento que lhes permita discutir. E, portanto, deixou a sugestão de a próxima Assembleia incluir este ponto e, sendo uma proposta do Partido Socialista, que lhes fizessem chegar documentos ou pelo menos uma orientação sobre qual o assunto a debater, por forma a que se assim entender o contributo da Bancada do PSD/CDS também possa vir ou não a ser benéfico neste debate que a todos deve interessar.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo que, de facto, o Senhor Deputado Álvaro Prata teria até alguma razão, porque o Senhor Deputado José Santos Mota solicitou que pretendia que este assunto fosse agendado e depois acabou por não enviar qualquer tipo de documento e estão todos às “escuras” sobre o assunto. Democraticamente não quis obstaculizar e não pretende começar a “cortar” as coisas, mas se lhe colocarem os assuntos assim tão rígidos, será rígido. Não lhe entregando os documentos, nem sequer agenda. Ora se há dúvidas, opõe-se a que o Senhor Deputado apresente o ponto.-----

----- Interveio o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) dizendo que não tem nada que se opôr pois está agendado. Compete ao proponente entender se deve ou não deve retirá-lo da ordem de trabalhos.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Mesa dizendo que neste ponto houve da parte da Mesa da Assembleia e neste caso do Presidente da Mesa alguma bondade em relação a isto.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) referindo que se admira da ignorância de algumas pessoas, pois um representante de uma Bancada que vem dizer que não sabe a que empresas se está a referir, se é setor primário, secundário ou terciário, não sabe de facto do que é que se está a falar, pois o Senhor Deputado Álvaro Prata (coligação PPD/PSD-CDS/PP), autarca há dezenas de anos, era para saber que as empresas locais estão tipificadas, até porque em dezembro aprovou a extinção de uma empresa local. Então não sabe o que são empresas locais? - Perguntou. A Lei 50/2012 determina o que são empresas locais, se o Senhor Deputado não sabe, pergunte. Vamos tratar os assuntos pelos nomes, tratam-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

se de empresas locais do ponto de vista da tipificação a Lei 50/2012 que diz o que são.-----

De seguida apresentou o ponto:-----

“Empresas locais

A Lei 50/2012 de 31 Agosto estabelece no seu artigo 19.º que:

— ***São empresas locais*** as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação de um dos seguintes requisitos:

- a) Detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto;***
- b) Direito de designar ou destituir a maioria dos membros do órgão de gestão, de administração ou de fiscalização;***

Estão nestas condições 2 das 4 empresas locais do município:

A “Gaventur”, sociedade em que o Município detém 51% do capital social (51 mil euros), desempenhando as funções de presidente da Assembleia Geral e, 1 elemento no conselho de Administração.

A empresa “Gouveinova” em que o Município é detentor de 49% (de 50 mil euros) do capital social, sendo o atual presidente da Câmara Luís Tadeu, Presidente do Conselho de Administração da sociedade.

Por outro lado a Lei 75/2013 de 12 de setembro diz:

Compete ainda à Assembleia Municipal:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;***
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;***

Tanto quanto me é dado a conhecer nunca a Assembleia Municipal e os gouveenses em geral foram informados acerca destas empresas.

- 1. Empresa GOUVEIANOVA, SA, criada em 2009, no âmbito de uma Parceria Pública Privada, tinha como principal objeto, a “Regeneração Urbana dos Bellinos”, o Mercado Municipal e a Zona Industrial das Amarantes.***

Entendemos ser tempo de esclarecer, de uma vez por todas, a situação desta empresa, da qual o Senhor Presidente da Câmara Luís Tadeu é o Presidente do Conselho de Administração.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Quase 5 anos após o lançamento da obra na antiga fábrica dos Bellinos, então designada como “A maior obra de regeneração urbana de Gouveia”, a Assembleia Municipal desconhece em absoluto a atividade desta empresa. ASSIM, os gouveenses e em particular a Assembleia Municipal tem o direito de ser informados sobre:

- a. Porque não foram trazidos à Assembleia Municipal os **resultados da participação do Município nas empresas locais**, como determina a Lei?*
 - b. Qual a data da última reunião do conselho de administração?*
 - c. Para quando a prestação de contas da empresa?*
 - d. Quem vai pagar as intervenções de construção civil executadas na antiga fábrica dos Bellinos?*
 - e. Para quando as obras de consolidação das estruturas da velha fábrica. A não existir uma intervenção a curto prazo estas podem desmoronar, e com isso perder-se a memória dos Lanifícios?*
 - f. Para quando a requalificação, à nossa dimensão, deste espaço no coração da cidade, agora transformado em estaleiro do município?*
 - g. Para quando a retirada dos taipais (MRG) da via pública?*
 - h. Quem vai pagar a taxa de ocupação da via pública há quase 5 anos?*
 - i. Se o objeto da empresa está esgotado, para quando a sua extinção?*
- 2. Quanto à empresa “**GAVENTUR – GOUVEIA, AVENTURA E TURISMO,S.A**” criada em 2006, com capital social de 51 mil euros, sendo detentor o Município de 51%, com um objeto social de “... a **construção e gestão de equipamentos turísticos e desportivos no concelho de Gouveia**”, desconhecemos em absoluto qualquer atividade.*

Assim:

- a) Qual o nome indicado pelo Município para presidente da Assembleia Geral da sociedade?*
- b) Qual a data da última reunião da Assembleia Geral?*
- c) Qual a atividade desta sociedade?*
- d) O que foi feito dos 51 mil euros de quota de participação do Município?*

Se não tem qualquer atividade, quando pretende o Senhor Presidente trazer a esta Assembleia uma proposta de extinção da sociedade?

Fica aqui o desafio para reflexão e resposta quem souber e tem responsabilidades na condução dos destinos autárquicos nos últimos 12 anos.”-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a Mesa da Assembleia regista as suas palavras que ficam em Ata, mas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

verdade é que o Senhor Deputado José Santos Mota, é um dos Senhores Deputados desta Assembleia que, salutarmente e, com alguma regularidade, remete ao Presidente da Assembleia pedidos para que a Câmara se pronuncie sobre determinada matéria. Há muitas maneiras de, o Senhor Deputado, também poder chegar aos dados que quer, legalmente, pois tem o direito de lá chegar. A democracia faculta-nos esses meios, utiliza-os quem quiser, tem todos os meios para poder saber aquilo que perguntou. De seguida deu por concluído o debate.-----

----- Interveio ainda o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) esclarecendo que lhe dirigiu um pedido sobre a Gaventur, pois não tinha o documento, sem o qual não poderia apresentar este assunto. As empresas a que se refere são quatro, duas delas estão nesta situação irregular, mas estas empresas fazem parte todos os anos dos documentos de prestação de contas, pois está lá descrita a quota do Município, mas nunca veio qualquer tipo de informação a este órgão.-----

----- Respondeu o Senhor Presidente da Mesa dizendo que aquilo que não veio não lhe diz respeito, pois estão num novo mandato e estão ainda na segunda reunião ordinária deste mandato e terão certamente muito tempo para debater estes assuntos.-----

Ponto 9. Apresentação do Relatório Anual de Atividades de 2013 e Plano de Ação para 2014 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa concedendo a palavra à Senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia, Dra. Laura Costa para apresentar este ponto da ordem de trabalhos.-

----- Usou da palavra a Senhora Dra. Laura Costa referindo que aproveitaram este momento para solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o agendamento deste ponto na ordem de trabalhos, uma vez que consideram que é sempre importante refletir junto dos membros deste Órgão acerca do papel da CPCJ e o trabalho que ela tem vindo a desenvolver no território de Gouveia.-----

Começou por abordar a constituição da Comissão Alargada, a qual é composta por representantes do Município, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, da Segurança Social, das IPSS com e sem acolhimento e também elementos cooptados. A CPCJ tem elementos que representam entidades e elementos cooptados da comunidade, pessoas que possam no âmbito da Comissão desempenhar um papel importante na defesa dos interesses da criança. Aqui estão também incluídos os quatro representantes da Assembleia Municipal, os representantes da Associação de Pais e mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUEIA

dois elementos cooptados, forças de segurança GNR e PSP e, por último, uma IPSS sem acolhimento, as culturais, desportivas e recreativas e Associações RNAJ. Desses elementos da Comissão Alargada, sete deles compõem a Comissão Restrita, onde estão, obrigatoriamente, representadas as entidades Município de Gouveia, a Segurança Social, o representante da educação, da saúde, uma IPSS com acolhimento que, neste caso, é a ABPG e dois elementos cooptados.-----

Relativamente aos processos, informou que transitaram de 2012, 29 processos, foram instaurados 33 novos processos, foram reabertos 11, sendo recebido por parte de outras comissões 3, num total de 76. Na saída de processos, verificou-se o arquivamento de 2; arquivados em fase pós-preliminar 34 e enviados para outras Comissões 1. Assim, encontram-se ativos 39 processos.-----

Em relação às várias problemáticas que se encontram diagnosticadas no concelho, as quais deixou para consulta dos Senhores Deputados, salientando apenas aquelas que se prende com a violência doméstica e negligência e exposição que possam comprometer o bem-estar da criança, nas várias faixas etárias. Está descrito o enquadramento de acordo com as faixas etárias que a Comissão Nacional assim obriga e as nomenclaturas que a própria Comissão Nacional disponibiliza para serem utilizadas por todas as comissões a nível nacional.-----

Chamou a atenção para o facto de que, na CPCJ, quando classificavam um processo como “violência doméstica” colocavam esse indicador de forma incorreta, porquanto “violência doméstica” pressupõe que é algo que atinja a própria criança e, neste caso, a designação correta é “exposição a comportamentos de violência doméstica”. Na última reunião que realizaram em janeiro foi-lhes solicitada a correção a essa imprecisão que estava a ser feita por parte de várias Comissões.-----

Estas problemáticas vão servir para posteriormente se executar um diagnóstico.-----

Em relação às medidas - prosseguiu - mais utilizadas na CPCJ são essencialmente “apoio junto dos pais”, “apoio junto de outros familiares” e “acolhimento institucional”, medida adotada apenas em relação a dois jovens.-----

Quanto às entidades que sinalizam os processos, são eles, o atendimento dos Serviços da Segurança Social, Autoridade Policial, a própria Comissão de Proteção, Estabelecimentos de Ensino e de Saúde, a própria mãe, o Ministério Público e o Tribunal, bem como vizinhos ou particulares, existindo ainda a sinalização de forma anónima.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

Deu conhecimento de que a CPCJ recebeu um desafio da própria Comissão Nacional que tem a ver com um programa que se chama “Tecer a Prevenção”. Com este programa pretende-se que a Comissão Alargada desenvolva um papel muito mais interventivo na Comunidade no âmbito da proteção dos direitos da criança. Foi no âmbito deste projeto “Tecer a Prevenção” que foi desenvolvida a ação que ocorreu na Escola do 1.º CEB de Lagarinhos, sendo que, vão ser desenvolvidas outras ações no concelho, de consulta e de pesquisa, para que consigam aferir quais são os fatores de risco que existem no concelho e também se possam averiguar quais são os fatores protetores que existem no concelho para mais tarde se elaborar um plano de ação.-----

Neste momento, existe como parceiro não só a Comissão Nacional que regularmente se desloca a Gouveia para reunir com a CPCJ de Gouveia, como também o Instituto Politécnico de Viseu, nomeadamente, a Escola Superior de Educação de Viseu e também a Câmara Municipal.-----

Relativamente ao Plano de Ação para 2014, encontra-se em desenvolvimento o projeto “Tecer a Prevenção” como referiu anteriormente e pretendem ainda realizar o IV Seminário da CPCJ de Gouveia, previsto para maio. Com este plano de ação pretende-se conhecer o contexto local para desenvolver um plano local de promoção e proteção dos direitos da criança. É isso que estão a trabalhar de modo a conhecer o que existe localmente tanto em fatores de risco, como em fatores de proteção para, posteriormente, ser elaborado este plano local.-----

Na fase de projeto, a Comissão Alargada começou a trabalhar entre si, houve uma fase para conhecimento do que é que cada um estava a fazer, porque anteriormente a Comissão Alargada era uma Comissão em que o Presidente apenas transmitia o número de processos, não havia muito diálogo, nem trabalho entre os elementos. Neste momento, existe uma responsabilização dos próprios elementos da Comissão Alargada, eles próprios vão ter que desenvolver este projeto, encontrando-se na fase C, uma fase de diagnóstico onde estão a ser aplicadas várias metodologias, tendo já sido testada uma delas entre elementos da Comissão Alargada, que é uma metodologia chamada de “World Café”, em que reunidos em grupo, trabalham várias questões e cada um pode partilhar a sua visão perante estes fatores de risco e fatores de proteção.-----

Vão também ser realizados vários questionários tanto à comunidade educativa, como à comunidade da saúde, os quais vão ser elaborados com o apoio da Escola Superior de Educação, uma vez que é necessário validar o instrumento de recolha de dados, pois sem essa validação este instrumento não tem sentido.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições aos Senhores Deputados que pretendam intervir, não se verificando nenhuma intervenção.-----

Ponto 10. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS)

----- O Senhor Presidente da Mesa declarou abertas as inscrições para a apresentação de propostas. -----

----- Apresentou a Bancada Municipal eleita pelo Partido Socialista uma proposta indicando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cativelos, António Ferreira Miguel (Doc.3).-----

----- Pela Bancada Municipal eleita pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP foi igualmente apresentada uma proposta indicando Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, Marco António Marvão Martins (Doc.4). -----

----- Foi designada pelo Presidente da Mesa como Lista A, a proposta apresentada pelo Partido Socialista e designada como Lista B, a proposta apresentada pela Coligação PPD/PSD-CDS-PP.-----

----- Feita a votação por escrutínio secreto apresentou esta os seguintes resultados:-----

----- **Lista A: 14 (catorze) votos;** -----

----- **Lista B: 20 (vinte) votos;** -----

----- Foi eleito, com vinte votos, o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem, Marco António Marvão Martins**, para integrar o Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social (CLAS).-----

----- Os respetivos votos encontram-se arquivados numa pasta própria.-----

Ponto 10. Informações das Atividades do Senhor Presidente e Situação Financeira a 31/01/2014

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizando o Senhor Presidente da Câmara a apresentar este ponto da ordem de trabalhos, o qual referiu não ter nada a acrescentar.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa declarando abertas as inscrições para os Senhores Deputados que pretendessem intervir.-----

----- Usou da palavra o membro da Assembleia José Santos Mota (PS) referindo que este documento que se lhes apresenta, não é a informação das Atividades do Presidente da Câmara, mas sim um documento das Atividades da Câmara Municipal. Aquilo que gostaria, particularmente, de saber não é esta informação, porque em relação a ela têm conhecimento através das atas da Câmara. O que gostariam de saber era a agenda política do Presidente da Câmara, ou seja, se falou com este ou aquele Ministro, com este ou aquele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

Secretário de Estado, que problemas é que lhe colocou, que informações lhes pode dar que não estejam nas atas. Isto não são informações da atividade do Presidente da Câmara. Por isso, pediu um esforço acrescido, se quiser continuar a fazer este trabalho, pode fazê-lo, mas aquilo que pediu é que fosse preciso na informação em termos de atividade política, porque é isso que faz a diferença da atividade da Câmara e da atividade do Presidente da Câmara.-----

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta informação é aquela que sempre veio a todas as Assembleias Municipais, desde sempre, não houve qualquer alteração, só agora é que o Senhor Deputado reparou e alterou a sua posição em relação ao documento. Relativamente à sua ação, em reunião de Câmara dá conhecimento das reuniões onde tem estado presente, bem como em relação ao que considera ser necessário e relevante, pois aquilo que considera relevante, certamente, o será também para o concelho e por isso faz referência delas nas reuniões de Câmara e está nas atas que regularmente recebem.-----

Retorquiu o Senhor Deputado José Santos Mota (PS) dizendo que não põe em causa de que é ou não é igual, mas recorda, e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é testemunha disso, quando há uns anos atrás era outro Presidente a informação que vinha referia se reunia com este Secretário de Estado, com aquele Secretário de Estado, com este ou aquele Presidente e informava do que tinha tratado. Isso é o que gostariam de saber. Se o Senhor Presidente entende que este é o melhor trabalho que deve apresentar para justificar a sua atividade política, diz-lhe que sabe a pouco, é insuficiente.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia concedendo a palavra ao Senhor Vereador Armando Almeida para defesa da honra.-----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador Armando Almeida começando por dizer relativamente ao facto de existir o tal parecer da CCDRC que o Senhor Presidente da Mesa mencionou, também ele tem um parecer da DGAL que diz que o *“vereador tem direito à defesa da honra quando o seu bom nome é posto em causa”*. Quando o bom nome da pessoa é posto em causa, tem direito a defender-se. E foi nesse âmbito que pediu a sua defesa, porque o que está em causa é o bom nome da sua pessoa, neste caso, não do Vereador e como o Senhor Presidente da Câmara aqui referiu e muito bem, o Vereador e o Diretor do Agrupamento são exatamente a mesma pessoa.-----

Disse então que, em reunião de Câmara, havia colocado algumas questões relacionadas com anomalias que se verificavam no novo edifício da Escola Básica de Gouveia. Também o Senhor Deputado António Machado (coligação PPD/PSD-CDS/PP), na última sessão, levantou o mesmo problema e chamou a atenção do Senhor Presidente da Câmara, o qual alegou, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA

mesmo órgão, que desconhecia qualquer problema relacionado com aquela Escola, quando o Senhor Vereador o teria já referido numa anterior reunião, pelo que tinha conhecimento do que se estava a passar.-----

O mesmo se aplica ao problema do amianto – prosseguiu - que não é um problema de agora e deste momento. É um problema que já tem muitos anos e do qual já deu conta há cerca de doze anos atrás, através de um ofício que dirigiu à Câmara Municipal e em relação ao qual não obteve nenhuma resposta. Ao longo destes anos tem vindo, conseqüentemente, a tomar diligências junto do Ministério da Educação no sentido de resolver este grave problema. E foi assim que aconteceu quando visitou o concelho de Gouveia o Senhor Ministro da Educação, Professor Dr. Nuno Crato, no dia 15 de agosto de 2011, no Dia do Município. O Senhor Presidente sabe que nesse dia pediu uma audiência ao Senhor Ministro, a qual lhe foi concedida, uma audiência que era para ser particular, mas acabou por ser pública e onde lhe colocou esse problema do amianto na Escola Secundária de Gouveia. Mais tarde ao assumir as funções de Diretor do Agrupamento (Gouveia e Vila Nova de Tazem), ficou a saber que o mesmo problema do amianto se passava também na Escola 2,3 de Vila Nova de Tazem e no Jardim de Infância de Nespereira.- Esclareceu também que, em relação ao Jardim de Infância de Nespereira, o Senhor Presidente também omitiu a informação que já tem, porquanto as obras na Escola do 1.º Ciclo de Nespereira foram dadas como concluídas em janeiro e o Senhor Presidente da Câmara recebeu um ofício do Agrupamento a informar que, por acordo entre os pais e professores, pretendiam que a mudança para a nova escola fosse feita na altura da interrupção das aulas no mês de fevereiro. O Senhor Presidente tem conhecimento disto tudo e negou aqui.-----

Para terminar, o Senhor Vereador dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia referindo que, com o novo Regimento, pensa que lhe vai ser dada a possibilidade quando for “atacado” e quando for humilhado neste órgão, de se poder defender. Isso aconteceu no anterior mandato. Considera que foi humilhado e não lhe foi dada a possibilidade de se poder defender, pois foi aqui acusado de que perseguia as pessoas, de que as crianças estavam em perigo e, nessa altura, não teve a possibilidade de se defender.-----

É de opinião de que na política, nos dias de hoje, já não se têm atitudes e comportamentos como tinha aquele velho General que chegou aos 70 anos e foi jubilado e convidou pessoas de várias patentes para assistir ao seu despedimento e lhe perguntaram: “*Senhor General explique como chegou aos 70 anos sem um arranhão, depois de ter passado por tantas batalhas?*” E o General respondeu: “*Meu caro amigo, só tenho uma missão e uma coisa que*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOUVEIA

me acompanhou toda a vida que é ou mato ou morro. Quando há tiros no mato vou para o morro, quando há tiros no morro vou para o mato.” Esse comportamento aqui é que é reprovável Senhor Presidente. – Finalizou.-----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que não sabe e ainda não percebeu em que é que pode ter ofendido a honra do Senhor Vereador ou do Senhor Diretor do Agrupamento relativamente àquilo que disse. Se a Câmara recebeu algum ofício do Diretor do Agrupamento acerca da mudança das crianças, certamente foi para o Senhor Vereador que tem o pelouro. Ele, Luís Tadeu, Presidente da Câmara, pessoalmente, não conhece, não sabe, nem tinha que o saber, pois na Câmara há um Vereador com o pelouro da educação que certamente recebeu o ofício que lhe terá sido enviado.-----

III - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Não houve intervenção por parte do público que se encontrava presente.-----

----- Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações referentes aos **Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 10** da presente “**Ordem do Dia**”, de modo a produzir efeitos imediatos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Mesa foi declarada encerrada a reunião pelas duas horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e pelo seu 1.º Secretário. -----

----- Todos os assuntos relatados na presente ata, estão gravados na íntegra num MiniDisc, que se encontra arquivado numa pasta própria. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Dr. Luís António Vicente Gil Barreiros)

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal

(Dra. Ângela Maria Abreu Mendes da Silva)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GOVEIA